



Alberto Carneiro Barbosa de Souza

“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”: um estudo sobre a coparentalidade homossexual

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres Carneiro

Rio de Janeiro

Março de 2008



Alberto Carneiro Barbosa de Souza

“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”: um estudo sobre a coparentalidade homossexual

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^o. Bernardo Jablonski

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Anna Paula Uziel

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Alberto Carneiro Barbosa de Souza

Graduação em Psicologia pela PUC-Rio em 2005. Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio em 2008. Atualmente é professor de Psicologia da Uninorte no Acre.

Ficha Catalográfica

Souza, Alberto Carneiro Barbosa de

“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco” : um estudo sobre a co-parentalidade homossexual / Alberto Carneiro Barbosa de Souza ; orientadora: Terezinha Féres Carneiro. – 2008.

71 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Família. 3. Homoparentalidade. 4. Homossexualidade. 5. Teoria queer. 6. Desconstrução. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À minha mãe
Guerreira responsável pelo meu sucesso.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Terezinha Féres-Carneiro, que pacientemente aturou e compreendeu este aluno “*levado*”; a Anna Paula Uziel, que me recebeu de braços abertos e me mostrou a teoria *queer*; a Bernardo Jablonski, que apenas com seu olhar me ensinou mais do que se possa imaginar.

Agradeço a minha mãe, Helena Escosteguy Carneiro, que jamais se negou a me apoiar em todos os sentidos e que me ensinou que o amor sempre supera qualquer barreira.

Agradeço a meu companheiro Pedro Caio Ribeiro, o “*Duque*”, que esteve a meu lado em todos os momentos que precisei e largou tudo para ir morar comigo no Acre. Se isso não é amor, me mostrem o que é!

Agradeço a PUC-Rio e seu departamento de psicologia, assim como ao Vice-reitor comunitário Augusto Sampaio, que sem o qual, não teria sequer me graduado.

Agradeço a Maria Helena Zamora, que mudou radicalmente minha vida (para melhor!) e me ensinou que psicologia se aprende mesmo é na prática ;

Agradeço a Esther Arantes pelo simples fato de existir, fazendo com que sintamos que ainda vale a pena lutar.

Agradeço também a todos que não acreditaram e mostraram aberto preconceito, pois sem esses, eu jamais teria conseguido .

Agradeço ao órgão de fomento CNPq, que fez com que este projeto fosse financeiramente possível, através da bolsa concedida;

Agradeço aos casais homossexuais que tiveram a coragem de bancar a paternidade e que, através da sua luta que muitas vezes me levaram até às lágrimas. Lágrimas não de tristeza, mas de emoção, ao poder acompanhar a trajetória e a vitória de uma jornada muitas vezes difícil.

Agradeço sobretudo a meu Mestre Paramahansa Yogananda, por seu amor incondicional.

Resumo

Souza, Alberto Carneiro Barbosa de; Féres-Carneiro, Terezinha (Orientadora). **“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”**: um estudo sobre a **co-parentalidade homossexual**. Rio de Janeiro, 2008. 71p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em tempos de modernidade líquida e sexualidade plástica, a família se reinventou. É o divórcio e não mais a morte que separa os casais. Assim, os principais componentes para se constituir uma família passam a ser o afeto e a busca pela completude. O mesmo processo se dá com a parentalidade, fazendo com que os vínculos de parentesco não mais se definam puramente por laços sanguíneos. Diante desta realidade, a cada vez maior visibilidade no cenário social brasileiro da configuração familiar dita homoparental é inevitável. Estas famílias são o objeto de nossa pesquisa: pais que se autodenominam homossexuais, após uma relação heterossexual anterior, resolvem refazer suas vidas com companheiros do mesmo sexo. Nosso foco, contudo, não são os pais, mas os companheiros desses pais. Para tanto, selecionamos três casais homossexuais masculinos, todos do interior do estado do Rio de Janeiro, com idades variando de 19 a 31 anos, com filhos de 7 a 10 anos. Entrevistamos ambos os membros do casal, a fim de procurar melhor compreender a subjetividade do companheiro sem filhos: o que pensam esses rapazes que, de repente, vêem suas vidas transformadas e passam a conviver com crianças, filhas de seus companheiros? Quais suas expectativas e angústias? O fato de observarem a paternidade de seus namorados, faz com que eles mesmos desejem também ser pais? Como funciona a divisão de tarefas domésticas? Este questionamento nos levou a organizar um roteiro de entrevista com perguntas semi-estruturadas e, através de uma análise de discurso, chegamos às seguintes categorias: co-parentalidade, desejo por um filho biológico a partir da experiência co-parental, relação do casal com as crianças e preconceito. Basicamente, foi possível constatar que todos os companheiros entrevistados manifestam forte desejo de paternidade, enfatizando sempre a importância de que esta seja de forma natural, assim como parecem se preocupar bem mais com a conduta moral do casal do que os pais das crianças. O estigma da homossexualidade é bastante sentido por eles, que afirmam ser o fato de não terem constituído uma família nos padrões heteronormativos vigentes contrastante com a realidade de seus parceiros. A teoria queer, que também fundamentou nosso trabalho, sugere, de uma postura pós-identitária que se repense a constituição de identidades cristalizadas.

Palavras-chave

Família, homoparentalidade, homossexualidade, teoria *queer*, desconstrução.

Abstract

Souza, Alberto Carneiro Barbosa de; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **“If he’s a quarterback, then so am i” : a research on homossexual co-parenting.** Rio de Janeiro, 2008. 71p. MSc Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The liquidity of modernity and the plastic sexuality have both produced the reinvention of the family. Nowadays, it is the divorce and not death that separates the couples. Thus, the main enhancements to build up a family tend to be affection and the search for completeness. The same process is familiar with parenting and that’s why family ties are no longer defined by blood knots alone. Therefore, the inevitable visibility within social Brazilian scenario of the gay parenting family structure is easy to be seen. These families are the object of our research: parents who call themselves homosexuals, who experienced a previous heterosexual relationship, make up their minds to start their lives from scratch with same sex companions. Nevertheless, our focus will not remain on parents, but the companions of these parents. So as to reach our aim we have selected three homosexual male couples, all of the interior of the state of the Rio de Janeiro, ranging from 19 to 31 years of age with children from 7 to 10 years old. We interviewed both members of the couple, in order to try to better understand the subjectivity of the companion without children: what do these men think, since they have had their lives suddenly transformed and start coexisting with their companions children? What are their main expectations and anguishes? Should the fact of observing their boyfriends' parenthood bursts out the parenthood desire? Who is eligible for which home chores? This questioning led us to organize semi-structured interview questions and through an analysis of speech, reach the following categories: co-parenting, desire for a biological son from the co-parental experience, relation of the couple with the children and prejudice. The homosexuality stigma seems to crush hard on them and they state that this is due to the fact of not having constituted a family in the heterosexual standards, contrasting with the reality of his partners. The queer theory, that has also helped us in our research, suggests that cristalized identities should be re-evaluated, if you see them from a post-identity point of view.

Keywords

Family, gay parenting, queer theory, homossexuality, deconstruction.

Sumário

Introdução	10
1. ... Mas afinal o que é a Teoria <i>Queer</i> ?	14
1.1. Foucault: Marcando Corpos, Dominando Almas	19
2. (Homo) Sexualidades (des) construídas	23
2.1. Para entender Derrida	25
3. A Família Ocidental Contemporânea e a (Homo) Parentalidade	33
4. A Pesquisa de Campo: Companheiros e Companheiros...	38
4.1. Aplicações Metodológicas	38
4.2. Critérios de seleção dos participantes	40
4.3. As Entrevistas	41
4.3.1. Roteiro das Entrevistas	42
5. “Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”	44
5.1. Análise das Categorias	45
5.1.1. Co-parentalidade: O bebê está chorando! E agora?	45
5.1.2. Desejos por um filho biológico a partir da experiência de co-parentalidade	49
5.1.3. Relação do casal com os filhos: assumir a relação ou manter as aparências?	52
5.1.4. Preconceito	56
5.1.5. Paternidade homossexual	60
6. Considerações finais	64
Referências bibliográficas	67

Loucos e Santos

Escolho meus amigos não pela pele ou outro arquétipo qualquer, mas pela pupila.

Tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante.

A mim não interessam os bons de espírito nem os maus de hábitos.

Fico com aqueles que fazem de mim louco e santo.

Deles não quero resposta, quero meu avesso.

Que me tragam dúvidas e angústias e agüentem o que há de pior em mim.

Para isso, só sendo louco.

Quero os santos, para que não duvidem das diferenças e peçam perdão pelas injustiças.

Escolho meus amigos pela alma lavada e pela cara exposta.

Não quero só o ombro e o colo, quero também sua maior alegria.

Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto.

Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade.

Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos.

Quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de aprendizagem, mas lutam para que a fantasia não desapareça.

Não quero amigos adultos nem chatos.

Quero-os metade infância e outra metade velhice!

Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto; e velhos, para que nunca tenham pressa.

Tenho amigos para saber quem eu sou.

Pois os vendo loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos, nunca me esquecerei de que "normalidade" é uma ilusão imbecil e estéril".

Oscar Wilde

Introdução

*“Família, família,
Papai, mamãe, tia
Família, família
Almoça junto todo dia;
nunca perde essa mania.”.*

Arnaldo Antunes

A família tradicional, ironizada na letra de música do grupo *Titãs*, há muito já não é a única configuração existente ou mesmo predominante em nossa sociedade. Esta instituição passou por tantas transformações ao longo da história, que há muito já não se ligam necessariamente a fatores exclusivamente biológicos. Não raro encontramos ao longo da história da família sujeitos constituindo famílias e tendo filhos apenas porque era o que se esperava deles, seja porque “já estavam na idade”, ou porque os companheiros, os pais, ou mesmo seu meio lhes cobravam tal comportamento.

Da mesma forma, muitas famílias eram formadas por pessoas que desejavam, antes de qualquer coisa, serem pais e mães. Porém, por estarem inseridos muitas vezes em um contexto conservador e com identidades bem estabelecidas e cristalizadas, se viam na obrigação de se casar, não pelo fato em si mesmo, mas porque seria necessário para atualizarem o desejo de terem filhos. Aqui, o parceiro era secundário e secundarizado. O que estava em jogo era a possibilidade de se exercer a parentalidade.

Cada vez mais nos afastamos de um estereótipo de uma parentalidade pautada no instinto materno feminino cuidador e pai masculino provedor, principalmente porque o feminino, assim como o masculino, constitui-se cada vez menos como dado e natural e, cada vez mais, na relação com o outro que lhe atribui um gênero socialmente construído. Prova disso são definições de família que cada vez mais se afastam de fundamentações biológicas. Bourdieu (1994), por exemplo, define a família como um “*campo social*”, onde se reúnem sujeitos em constantes relações de poder e força, afastando-se ainda mais da noção de família nuclear burguesa tradicional quando a define também como uma “*ficção bem fundada*”, enfatizando que ela é, antes de qualquer coisa, socialmente construída.

Assim sendo, partiremos a partir do formato de família denominada homoparental para realizarmos nossa pesquisa.

Cabe aqui uma ressalva: quando estudamos a homoparentalidade e as discussões que ela levanta na sociedade, estamos dando maior visibilidade a estas famílias. Contudo, ao definir determinada configuração como homoparental, reforçamos a diferença entre esta e as famílias heterossexuais. Caímos, assim, em um paradoxo de difícil solução. A fim de solucionar este dilema, lançamos mão do aporte teórico da chamada teoria *queer*, que lida com conceitos pós-identitários e desconstrutivistas. Para estes teóricos as identidades sempre se combinam e, portanto, toda construção identitária que possa gerar binarismos é classificada como excludente.

No caso do binarismo hetero/homossexualidade, por exemplo, ponderaremos se realmente é importante nos determos na orientação sexual dos pais para se legitimar o exercício da paternidade, já que não parece haver nenhuma característica intrínseca à parentalidade (ou mesmo co-parentalidade) que seja exclusiva de famílias homossexuais. Desta forma, propomos que se repense se o uso do termo *homoparentalidade* é realmente adequado, uma vez que não existe o termo equivalente para famílias com orientação heterossexual, ou *heteroparentalidade*. Portanto, o nome próprio dado às famílias homossexuais com filhos parece ser conseqüência de um binarismo que, antes de criar uma categoria, reserva um lugar “diferente” aos pais homossexuais e seus companheiros, já que não utiliza o seu oposto para designar configurações familiares heterossexuais.

Contudo, por falta de outro termo mais adequado para designar famílias formadas por membros do mesmo sexo com filhos e para facilitar a compreensão, usaremos o termo *homoparentalidade*, cunhado na França pela militância homossexual nos anos 90.

Antes de qualquer coisa, a fim de entendermos melhor o estigma que a parentalidade homossexual carrega, vale lembrar que o desejo do homossexual pela paternidade foi por longo tempo ignorado, visto que esta orientação sexual sempre suscitou a imagem de promiscuidade e infertilidade, pois a relação sexual entre dois homens não tem o propósito da procriação.

Mesmo assim, a chamada homoparentalidade ganhou maior visibilidade e começou a ser mais debatida na sociedade brasileira após o falecimento da cantora

Cássia Eller, que deflagrou uma batalha judicial pela guarda do filho da artista entre seu pai e sua companheira, culminando com a vitória desta última. Outras discussões mais recentes também deram igualmente maior notoriedade às famílias homossexuais, tais como a adoção de uma menina na cidade do interior do estado de São Paulo chamada Catanduva por um casal de homossexuais e a aprovação na Espanha da mudança da constituição onde homossexuais não só passaram a ter o direito de se casar mas também de adotar crianças em conjunto.

Com esses assuntos em pauta, a imprensa brasileira mostra-se cada vez mais interessada sobre a questão. O problema foi que esta mesma imprensa acabou por generalizar o tema, o que pode ter criado uma nova categoria social, o que não significa, contudo, que homossexuais masculinos não possam exercer a paternidade, já que ser homossexual já não é mais sinônimo de vida sem filhos.

Diante deste quadro, esta dissertação voltará seu olhar a uma determinada configuração familiar: a de pais separados, com filhos, que resolveram refazer suas vidas com companheiros do mesmo sexo. A partir daí, caminharemos juntos com estes sujeitos, procurando compreender suas angústias, medos, alegrias e desejos. Com nossa atenção voltada especialmente à co-parentalidade homossexual, procuraremos dar voz a estes companheiros dos pais homossexuais, que nos poucos trabalhos sobre o tema, parecem, se não esquecidos, atuar como coadjuvantes. Com isso, tentamos fugir da generalização do tema e fazer um recorte mais específico, sem perder de vista que os papéis sexuais do indivíduo e mesmo de gênero parecem variar conforme a cultura e o tempo nos quais se inserem, já podem ser relativizados e não são mais determinantes no que se refere a constituições de novas famílias, devido a fatores tais como os questionamentos do poder paterno na família tradicional e da heterossexualidade como padrão normativo, assim como a nova postura da mulher em relação à maternidade.

O primeiro capítulo deste trabalho traz uma introdução à teoria *queer*, onde expomos seus principais aspectos e características. Ainda neste capítulo visitaremos obra de Foucault no que diz respeito à construção da teoria *queer*.

No segundo capítulo será possível percorrer a história da homossexualidade e conhecer um pouco do pensamento do filósofo francês Jacques Derrida e explorar sua tese da desconstrução, essencial à teoria *queer*.

A família ocidental e suas transformações será mostrada no terceiro capítulo. Através deste estudo, veremos como o conceito de família se mododifica

ao longo da história e como a família homossexual ganhou maior visibilidade no Brasil nos últimos anos. Com isso, chegamos finalmente à pesquisa a respeito da homoparentalidade masculina.

A Metodologia e os critérios usados no trabalho de campo são amplamente descritos no capítulo quatro. Será possível entender porque a pesquisa qualitativa foi escolhida e de que forma o papel da linguagem foi fundamental para esta pesquisa.

O capítulo cinco é reservado às entrevistas e suas análises, através do diálogo com a teoria descrita ao longo da dissertação. Os companheiros e até mesmo os próprios pais falam de suas angústias, medos, alegrias e realizações em sua (co)parentalidade homossexual.

Para fechar o trabalho preferimos não tecer uma conclusão definitiva. Ao invés disto, é feito um convite ao leitor para que se faça uma reflexão a respeito do que foi apresentado e, com isso, lançar um desafio para que mais trabalhos a respeito da co-parentalidade masculina no Brasil sejam escritos e, assim, mais diálogos travados.

Boa leitura !

... Mas afinal o que é a *Teoria Queer*?

“A única coisa que torna possível a identidade é a ausência de mudança, mas ninguém acredita de fato que se seja semelhante àquilo de que se lembra”

Gertrude Stein

Quando nos propomos a estudar as construções homoafetivas através das famílias homossexuais repensando o binarismo hetero/homossexualidade, optamos por lançar mão de um novo discurso acadêmico que gradativamente parece substituir o que costumava ser denominado de estudos gays e lésbicos., denominado *teoria queer*. Esta escolha se deu principalmente em função da pluralidade da diversidade das configurações familiares na contemporaneidade e o conseqüente repensar das identidades cristalizadas em nossa sociedade. Assim, uma teoria que questionasse conceitos de identidades internalizadas e acimentadas nos pareceu bastante útil aos propósitos da pesquisa que iríamos iniciar.

O termo foi cunhado por Teresa de Laurentis em uma conferência realizada na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, em fevereiro de 1990, a fim de teorizar sobre as sexualidades gays e lésbicas. Seus principais aspectos passam por um conceito de sexualidade que vê o poder sexual incorporado em diferentes níveis da vida social, expresso discursivamente e reforçado através de fronteiras e divisões binárias, assim como a problematização das categorias de sexo e gênero e de identidades em geral. O termo *queer* tem sido empregado como um marcador da instabilidade da identidade e, conforme observa Joshua Gamson:“(...) a teoria *queer* e os estudos *queer* propõem um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução.” (Gamson, 2006, p. 347).

Na base das principais formulações *queer* situa-se a teoria do poder de Michel Foucault que problematizou o binômio sexo/natureza, abordando o sexo de forma histórica. Neste sentido, a análise *queer* é coerente com a proposta foucaultiana, sobretudo, na seguinte afirmação:

“Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2005, p. 30)

A fim de melhor compreendermos os princípios da análise foucaultiana a respeito do dispositivo da sexualidade e, assim, começarmos a nos familiarizar com o universo *queer*, devemos considerar a relação entre poder e saber, assim como as variações que as relações de poder apresentam em diferentes contextos e a distribuição dos discursos, para Foucault, em diferentes campos do saber.

A partir de Foucault, diversos teóricos *queer* propõem, tais como Sedgwick(1985), desconstruir, descentralizar e fazer leituras revisionistas de conceitos naturalizados como a sexualidade e mesmo o gênero, da mesma forma que defendem uma política anti-assimilacionista, questionando áreas que normalmente não são vistas no terreno da sexualidade, conduzindo leituras *queer* de textos ostensivamente heterossexuais ou não sexuais (Stein & Plummer, 1997) já que, segundo Sedgwick (1985), cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações, a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder.

O questionamento proposto por Sedgwick (1985), uma importante teórica *queer*, demonstra que a estrutura social da homofobia é anterior à noção contemporânea de identidade homossexual. Para esta autora, em sociedades marcadas pelo dispositivo de sexualidade, o senso comum discursivo e institucional é caracterizado por uma recusa cognitiva da homossexualidade, ou seja, formado pela idéia de uma sexualidade particular constituída como segredo.

Neste contexto no qual identidades sexuais são sinônimas de identidade compulsória, de acordo com Sedgwick, assistimos a uma incoerência interna e a um conjunto de interdições contraditórias. Somos testemunhas, assim, de uma identidade social que busca ser ao mesmo tempo proibida e necessária, a fim de produzir e manter uma identidade hegemônica.

Ainda segundo Sedgwick (1985), mais do que uma discussão pró-homossexual ou anti-homossexual, o objetivo deve se focar na análise das contradições mais ativas que estão presentes em todos os importantes movimentos que desde o final do século XIX definiram o binômio homo/heterossexual.

Percebe-se que tal perspectiva difere dos estudos sobre a constituição de “minorias” sexuais, uma vez que se voltam para o processo de constituição “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996, p. 12).

A teoria *queer* afirma ainda que as estratégias de grupos minoritários, como os homossexuais, reforçam um binarismo onde um dos pólos sempre será normativo, deixando o centro deste cenário vazio (Stein & Plummer, 1997). Com isso, a proposta não seria abandonar, mas sim problematizar estes binarismos.

Neste sentido, a filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas *queer*, afirma que não se deseja rejeitar as teorias representacionais de linguagem, mesmo porque não seria possível. O que se propõe, na verdade, é passar a explicar a dicotomia homo/heterossexualidade como sendo constructos sociais para garantir a hegemonia do grupo dominante (Butler, 2003).

Ampliando um pouco mais nossa discussão, quando falamos em *queer*, segundo Jagose (2000), podemos descrever uma realidade na qual se compartilha um posicionamento anti-normativo entre as diferentes orientações sexuais, desnaturalizando identidades como principal estratégia. Já segundo Namaste (1996), uma das principais apostas *queer* é ainda abranger uma multiplicidade de identidades, repensando o binarismo hetero/homossexualidade, não apenas levando em conta minorias homossexuais, mas também identidades sexuais que não são tidas como transgressoras, tais como determinadas posições heterossexuais não legitimadas. Desta forma, ainda segundo este autor, através do questionamento de binarismos, abriremos um espaço maior de construção individual na sociedade, uma vez que não se trabalha com a idéia de um sujeito inserido em grupos onde ele seja identificado como tendo uma identidade imutável.

Portanto, se tentarmos resumir o que foi dito acima por destacados pensadores *queer*, é possível constatar que o objetivo deste movimento não passa por uma desqualificação das identidades, já que afirmam inclusive que não é possível dispensá-las. Antes disso, a teoria *queer* prefere adotar um processo de desconstrução a fim de lançar um olhar diferenciado para os processos sociais de naturalização, com o propósito de questionar os poderes que legitimam tal

naturalização e não eliminá-los. Segundo Butler, ainda que a teoria *queer* se oponha aos que defendem a noção de identidade, é objetivo desta teoria não apenas expandir “a comunidade de ativismo anti-homofóbico”, mas também afirmar que a sexualidade não pode se resumir a esquemas de categorização. Assim, não se deve concluir que a teoria *queer* se oponha à noção de gênero ou ainda que critique quem defende esta maneira de ver o mundo. (Butler, 2006).

Semanticamente, a palavra *queer*, em inglês, significa estranho e esquisito, além de ser usado como termo depreciativo para designar homossexuais masculinos. Contudo, este mesmo termo era usado no início do século XX para descrever algo exótico com conotação positiva. Portanto, um dos valores mais importantes desta terminologia é não ser algo estanque, essencial. E essa é, também, uma das idéias em que estão de acordo com a teoria *queer*: a identidade não deve ser uma essência, mas algo contínuo.

Com isso, os criadores desta teoria pretendem abarcar uma cultura sexual marginalizada, distanciando-se dos estudos tradicionais sobre homossexualidade, tomando o desejo sexual como uma construção social, onde o *mainstream* heterossexual dita as normas de comportamento adequado e esperado na sociedade ocidental. Assim, a teoria *queer* aposta na hipótese de que esta construção passa por processos sócio-históricos importantes e ainda pouco estudados.

No Brasil ainda não se institucionalizaram linhas de pesquisas acadêmicas *queer*, ao contrario dos EUA e de vários países da Europa. Contudo, já existem incursões *queer* em nosso país, principalmente no campo da educação e da literatura. A literatura *queer* brasileira já conta com uma produção de boa qualidade, a exemplo dos trabalhos dos sociólogos Richard Miskolci (UFSCAR), Berenice Bento (UNB) e Nádía Perez Pino (UFSCAR), da antropóloga Miriam Pillar Grossi (UFSC), além dos estudos das psicólogas Márcia Arán (UERJ) e Anna Uziel (UERJ), da historiadora Karla Bessa (UFG), assim como da educadora Guacira Lopes Louro (UFRGS). Estes pensadores discutem, respectivamente, temas diversos tais como a renegociação de padrões normativos e práticas sexuais, a luta contra a heterossexualidade compulsória, a discussão sobre porque que os sujeitos subvertam as normas de gênero, tais como os transsexuais, a construção do corpo sexual, no sentido de investigar os critérios usados para nomear homens e mulheres, gênero, violência contra mulheres,

homossexualidades e parentesco, transexualidade e práticas de saúde no Brasil, homoparentalidade, a cultura chamada GLBT e a educação vista sob um ângulo *queer*.

Embora formas de filiação que escapam do tradicional, ou seja, filhos a partir de relação sexual, como a adoção, já tenham promovido debates sobre a importância do biológico e do social para as relações afetivas parentais, a homoparentalidade introduz novos elementos.

A partir da teoria *queer*, portanto, este trabalho se propõe, como já foi dito, além de discutir este desafio, a uma reflexão no sentido de analisar o binarismo hetero/homossexualidade como sendo uma possível forma de controle que tem como alvo os sujeitos que não se enquadram nas regras sociais das relações (parentais) tradicionais e sugerir, alternativamente, que o gênero não seja mais visto como algo que somos, mas como um efeito que produzimos a partir do que fazemos (Butler, 1990), questionando seu lugar como reflexo de uma condição.

Assim, concordamos com a teoria *queer*, que acredita não existir uma identidade de gênero anterior a sua criação pela cultura e que estes mesmos gêneros são, na verdade, performances que produzem uma identidade que dizem expressar.

Para entendermos um pouco mais o conceito de performance mencionado acima, devemos voltar a Judith Butler, quando a autora constrói sua argumentação quanto ao que chama de performatividade, afirmando que a performance repetida de gênero seria uma reprodução e também uma nova experiência de significados socialmente estabelecidos, bem como uma forma de legitimação, ou, em suas próprias palavras,

(...) atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2003, p. 194).

Ou seja, esta performance não seria um ato do sujeito mas sim uma produção ritualizada (Butler, 1993), mesmo porque a antropologia tem

demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outras.

1.1

Foucault: Marcando Corpos, Dominando Almas

A *História da Sexualidade* de Michel Foucault (1979) é uma obra de referência para este campo de estudos onde, apesar de não ter como proposta romper com o binarismo naturalizado na sociedade ocidental, questiona as categorias da sexualidade que esta mesma sociedade construiu.

Apesar de não ser nosso propósito a análise mais detalhada desta questão, é importante conhecermos um pouco da noção de poder em Foucault, pois ela é fundamental para a teoria *queer*. Para este autor a história da sexualidade deve ser feita a partir de uma história dos discursos e, a fim de justificar esta afirmação, Foucault expõe sua concepção de poder, fazendo a relação deste com o discurso e a sexualidade, através da recusa da imagem do poder como meramente opressor e negador do sexo.

Desta forma, ele tenta compreender como poder e desejo se articulam e conclui que a imagem do poder como repressor da liberdade permite-nos aceitar sua validade, pois assim o alcance do poder seria muito maior. Assim sendo, as leis deixam de ser as únicas representantes do poder, uma vez que este extrapolou seus limites a partir do século XVIII, criando novas formas de dominação. Nós passamos, então, a ser controlados e normatizados por múltiplos processos de poder.

Da mesma forma, o dispositivo da sexualidade, que instituiu o sexo como verdade maior sobre o indivíduo, transpôs o controle para o corpo, fazendo com que o discurso instituisse a homossexualidade como pecado e, mais tarde, como patologia, mas possibilitando-a, ao mesmo tempo, de falar por si, reivindicando espaços e discursos próprios, criando um binarismo no qual a heteronormatividade detivesse o poder.

"Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram

umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. (FOUCAULT, 1979, p. 88).

A teoria *queer* é baseada em boa parte na obra de Michel Foucault, notadamente em função de sua análise a respeito *da invenção dos homossexuais* (Foucault, 1979), que permitiu, pela primeira vez, um “discurso inverso”: homossexuais poderiam começar a defender seus interesses usando as mesmas categorias e terminologia que tinham sido usadas para marginalizá-los.

Segundo Foucault (1979), a escolha do objeto nem sempre se constitui como base para uma identidade, assim como não parece ser questão crucial na percepção de toda e qualquer pessoa sobre sua sexualidade. Assim, a desnaturalização das sexualidades e dos corpos marcados biologicamente se faz a partir da própria noção de prática discursiva, que criou uma verdade sobre a identidade humana, que se cristalizou na divisão sexual e binária da sociedade. Desta forma, tanto a heterossexualidade como a homossexualidade são produções de um saber e de uma prática normativa que exercem o poder de naturalização deste binarismo, que acompanha a divisão do mundo em práticas lícitas e ilícitas.

Assim, este poder se manifesta na identificação dos corpos, no incentivo e na proliferação de práticas sexuais consideradas lícitas e este binarismo acaba por legitimar a hegemonia da família heterossexual, “como se lhe fosse essencial que o sexo esteja inscrito não somente em uma economia do prazer, mas em um regime ordenado de saber” (Foucault 1993).

Por isso, a teoria *queer* concorda com Foucault, quando afirma que a proliferação de novas identidades sexuais (transexuais, bissexuais, homossexuais etc) e sua cristalização, através de reivindicações identitárias, reproduzem as representações hegemônicas na medida em que se afirmam em “oposição a”, “diferente de”, ou seja, o múltiplo gira em torno do eixo unificador do *mainstream*, polarizando a relação entre estas identidades e uma outra, detentora do poder. Isto porque, para Foucault, o sexo biológico é fruto de um efeito discursivo. Por isso, a desnaturalização do sexo biológico pode promover o questionamento da divisão binária da sociedade com seus efeitos de apropriação e dominação, assim como a identificação da heterossexualidade como orientação sexual normativa.

Claro que Foucault não queria, com isso, afirmar que nós não nascemos com um aparelho genital dado, mas sim mostrar como o poder de práticas discursivas poderosas cria o corpo ao anunciá-lo sexuado, ao fazer de sua constituição biológica um fator “natural” que carrega características específicas e torna indiscutível a divisão dos seres humanos em dois blocos distintos.

Deste modo, ao final do século XX, a política de identidade homossexual entra em crise e revela suas insuficiências e limitações. Foucault, em seu livro "A Vontade de Saber", o primeiro volume de sua "História da Sexualidade", logo no capítulo inicial, discute o que ele chama de *hipótese repressiva* e questiona se a repressão sexual seria mesmo um fenômeno apenas da Idade Clássica, como até hoje muitos acreditam considerando o nosso século como a era da grande liberação. Segundo a *hipótese repressiva*, a partir do século XVIII, um crescente puritanismo passa a vigorar, condenando o sexo pelo prazer, permitindo portanto, como única manifestação possível, a sexualidade do casal monogâmico, e heterossexual. Sobre as sexualidades periféricas e estéreis teria sido imposto um silêncio geral, uma intensa repressão. Foucault propõe uma leitura mais rica desta relação *poder/sexualidade*. Não nega que em muitos momentos houve repressão. Mas a dinâmica é mais complexa, mais sutil, mostrando que ocorreu uma dominação das pessoas através do controle, de técnicas de sujeição, de métodos de individuação e de observação.

Ao refutar a hipótese repressiva, Foucault (1979) afirma que o sexo foi colocado em discurso na sociedade vitoriana por ser um canal de entrada do poder no corpo com a finalidade de dominar esses elementos, através de uma “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição” (Foucault, 1979), fazendo-nos refletir a respeito da premissa que afirma ser o grau de repressão (ao qual a pulsão sexual é submetida) o único elemento a afetar as manifestações da sexualidade. Assim, podemos inferir que a sexualidade não é nada além de um dispositivo sócio-histórico.

A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, biologia, medicina, psiquiatria, na moral e, na crítica política. E mais: o sólido vínculo que vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo e sua formulação na primeira pessoa) foi rompido ou, pelo menos,

distendido e diversificado: entre a objetivação do sexo nos discursos racionais e o movimento pelo qual cada um é colocado na situação de contar seu próprio sexo produziu-se, a partir do século XVIII, toda uma série de tensões, conflitos, esforço de ajustamento, e tentativas de retranscrição. (FOUCAULT, 1979, p. 35)

É exatamente a partir deste pressuposto que Foucault desenvolveu sua teoria do “bio-poder”, que pode ser descrito como um conjunto de práticas e discursos que determinam a normatização do desejo sexual. O bio-poder nos interessa bastante pois a família tornou-se uma instituição privilegiada para que se traçasse a linha divisória entre o que seria normal e patológico em relação à sexualidade. Para Foucault a noção de bio-poder corresponde aos i vida nos jogos do poder da sociedade atuando sobre os corpos. O poder passa a dominar a vida de todos nós, um poder preocupado em a produzir forças e foi a partir do século XVII que essa nova configuração de poder sobre a vida entra no cenário da sociedade ocidental através de dois caminhos: pela tomada do corpo como máquina e através da biopolítica da população, onde se captura do corpo toda a mecânica do ser vivo e dos processos biológicos que o atravessam.

Em sua obra *Os Anormais*, Foucault (1999) mostra bem claramente como a família foi usada como instrumento de controle do bio-poder: entre 1760 e 1780 se deflagra grande campanha contra a masturbação na França, tendo como justificativa os males que tal prática poderia ocasionar no adolescente. O real temor que havia, segundo Miskolci (2003), era o do incesto, tornando possível a presença do médico através da psiquiatria no controle das práticas sexuais na família e, mais tarde, do psicanalista. É fácil percebermos como a sexualidade era vista como um perigo e como era projetada na família a suspeita de que os adultos ameaçavam sexualmente seus filhos. Portanto, não é de se admirar que, quando homens homossexuais, mais tarde, viessem a reivindicar o direito à paternidade, seriam imediatamente taxados, entre outras coisas, de pedófilos em potencial. Porém, a homossexualidade não foi sempre vista desta forma. Em diferentes momentos históricos, o “*amor que não ousa dizer seu nome*” parafraseando o brilhante escritor inglês do século XIX Oscar Wilde, se construiu de maneiras diferentes. Para chegarmos à construção da homossexualidade tal qual ela é atualmente concebida, inúmeras desconstruções do próprio conceito tiveram de ser feitas em nossa cultura.

(Homo) sexualidades (des) construídas

“Abro mão da primavera para que continues me olhando.”

Pablo Neruda

É importante dizer que não pretendemos traçar uma história linear da homossexualidade. Nossa proposta é, na verdade, pinçar elementos na história da construção da homossexualidade que acabam por marcar nosso pensamento até hoje, não apenas em termos de definição do termo, mas de lógica de pensamento em si.

Para ilustrar como a sexualidade e até mesmo o gênero podem ser construções sociais, vale citar Thomas Laqueur (2001), quando o autor conclui que até o século XVIII, apesar do avanço da ciência, para o senso comum na Europa, existia apenas um gênero: o masculino. Ao invés do gênero feminino, acreditava-se, sob óbvia influência aristotélica, que a mulher seria uma versão *imperfeita* do homem, uma vez que ambos teriam os mesmos órgãos genitais, sendo que ser no *imperfeito*, estes não haviam se exteriorizado. Mais recentemente, em algumas culturas, até hoje, se considera a existência de três sexos e alguns sexólogos chegam mesmo a considerar a existência de cinco sexos na nossa cultura (Sterling, 2000).

Em 1700, o sexo entre iguais era pecado contra Deus, ou seja, uma ofensa no campo da moral. Pouco tempo mais tarde esta mesma ofensa passa a ser contra o Estado e, finalmente, no século XIX, “estava por se transformar numa inadequação médica e psicológica, que muito rapidamente poderia vir a ser uma doença mental” (Spencer, 1995). Ao longo do século XIX a psiquiatria prolongaria seu alcance e passaria a ser considerada fundamental para diagnosticar criminosos por serem sexualmente patológicos, uma vez que passaria a compreender o prazer como intrinsecamente ligado às chamadas aberrações sexuais: a condenação social e jurídica subordina-se agora ao psiquiatra, que tem na figura do juiz apenas o símbolo de legitimação do diagnóstico prescrito.

Foi naquele mesmo século que o termo *homossexual* foi criado, pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, em 1848. Outro importante médico do

século XIX que abordou este tema foi Kraft-Ebing em seu livro escrito em 1886, intitulado *Psychopathia Sexualis*, onde afirmou que a homossexualidade, na maioria das vezes, aparecia como travestismo e que ambos eram sinais de degeneração, sendo, assim, uma doença degenerativa do sistema nervoso central. A dificuldade em provar que a homossexualidade era hereditária residia no fato de a maioria dos pais de homossexuais serem heterossexuais. Para isso, Kraft-Ebing dizia que foram encontrados, em quase todos os casos em que foi possível examinar as peculiaridades físicas e mentais dos ancestrais e parentes de sangue, sinais como neuroses, psicoses e sinais degenerativos. Assim, a teoria da homossexualidade “degenerada” levou a ações punitivas e a idéias sobre a nova forma de controle social. “Também permitiu aos médicos demonstrar poder, declarando que podiam tratar e curar uma grande variedade de distúrbios mentais” (Spencer, 1995).

Apesar disso, ao fim do século XIX, a crescente urbanização dos grandes centros favoreceu espaços onde as minorias sexuais puderam se expressar. Contudo, elas contrastavam ainda com o que Norbert Elias chama de *established*, isto é, determinado grupo homogêneo, marcado por fortes laços sociais e detentor de poder, sustentados pela naturalização de um binarismo no qual os coloca como um modelo moral para a sociedade (Elias, 2000). Deste modo, Ellias compreende que a reivindicação e conseqüente cristalização de uma determinada identidade inflexível acaba por contribuir para relações de poder que contêm um dualismo formado pela construção do poder naturalizado na sociedade ocidental contemporânea.

A medicina, como vimos, considerava os homossexuais como indivíduos invertidos em relação ao gênero masculino/feminino e, segundo Foucault (1999), passaram a ser considerados uma “espécie”, uma vez que, segundo este mesmo autor, os discursos são práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam.

O olhar foucaultiano, como vimos no capítulo anterior, acabou sendo diretamente relevante para a formulação da teoria *queer*, uma vez que é sobre este saber em relação ao sexo desenvolvido no século XVIII e seus correspondentes contemporâneos que grande parte do método desta teoria se realizará.

Porém, a teoria *queer* tem como outra importante fonte teórica o filósofo francês Jacques Derrida, um dos mais importantes autores da corrente de

pensamento da chamada pós-modernidade. Através de que seu método desconstrucionista Derrida (1967), defende a tese de se a lógica operar em binarismos, engendrará e fixará uma idéia ou um sujeito como norma, traçando sua oposição, ou seja, o lugar do “outro”. O termo inicial seria compreendido então como superior, e seu oposto, como inferior, que acabará por ser marginalizado por um discurso hegemônico, por representar uma minoria.

O método da desconstrução, proposto por Derrida, ao questionar este sistema lógico, propõe uma análise aberta, que incorpora ao invés de refutar, possibilitando constantes modificações, em contraste com a concepção modernista de significados únicos e fechados (Stern, 1996).

2.1

Para entender Derrida

Talvez a melhor maneira de iniciarmos um diálogo com Derrida seria compreender que seu método desconstrucionista sugere que, se quisermos investigar possíveis imperfeições de determinada teoria, devemos deixá-la “falar” através de citações e exemplos, fazendo com que ela se *desconstrua* a si própria. Nas palavras de Duque-Estrada,

"A origem do termo 'desconstrução' vem de Heidegger, que propôs, no período inicial de sua trajetória, um projeto filosófico chamado destruição da metafísica, o qual, por sua vez, procurava libertar os conceitos herdados da tradição que haviam se enrijecido - há muito sedimentadas pelo hábito de sua transmissão -, e retorná-los à experiência de pensamento original. Tratava-se, portanto, de um projeto em nada destrutivo, no sentido de um simples aniquilamento, e que Heidegger pôde nomear com a palavra alemã *Destruktion*. Ao passar para o francês, Derrida percebeu ser impossível evitar esta conotação fortemente negativa da palavra 'destruição'; o termo 'desconstrução' lhe pareceu então mais apropriado para captar essa idéia inicial contida no projeto de Heidegger, o que não quer dizer que a desconstrução seja uma simples repetição do projeto heideggeriano" (DUQUE-ESTRADA, 2004).

Ao invés de uma refutação direta, o método da desconstrução pode ser descrito como um diálogo crítico, onde exemplos de casos particulares são usados a fim de se perceber uma configuração mais ampla da argumentação a ser questionada. Como a desconstrução não tem como objetivo refutar determinado

aporte teórico, mas sim analisar suas possíveis incongruências e limitações conceituais, seu foco está sobretudo na origem de determinada teoria.

No nosso caso específico, devemos analisar a verdadeira motivação da argumentação que defende a existência da distinção binária homo/heterossexualidade e mostrar que esta proposta cria na verdade mais dúvidas do que oferece respostas, já que não questiona a natureza deste binarismo, tomando-o como “dado” e “natural”. Seguindo o método desconstrucionista derridiano, os teóricos *queer* concluíram que estas orientações sexuais são apenas duas dentre outras possíveis e, portanto, não são “naturais”. São, antes, construídas.

Como se vê, não se intenciona fazer uma mera crítica da tradição binarista, mas sim problematizar tal oposição tradicional, não para revertê-la ou subvertê-la, mas para deslocá-la, ampliando as referências e afrouxando os sistemas rígidos tradicionais. Deste modo, pode-se dizer que apesar de existirem homossexuais e heterossexuais, estas duas orientações não são as únicas e, portanto, não constroem um binarismo por si só, assim como parece ser difícil afirmar que formam uma oposição direta.

Para Derrida, tanto a antropologia como outras ciências humanas devem ser sempre cautelosas contra categorizações de natureza tais como a polarização hetero/homossexualidade, já que uma abordagem mais relativista evitaria classificarmos comportamentos e desejos como estáticos ou naturais, visto que esta classificação traz consigo o risco de projetar nos sujeitos, distinções puramente nossas.

Assim, podemos pensar que uma divisão binária da sexualidade traz consigo o desejo de uma sociedade ideal, pouco tocada pela diversidade e, como vimos anteriormente, tendo um de seus eixos dominante e detentor do poder. Derrida afirma que tal visão é fruto do etnocentrismo da civilização ocidental e de sua criação de uma monocultura global (Derrida, 1967). Dito isto, vemos que, tanto para Derrida como para a teoria *queer*, a linguagem jamais deve ser indicador neutro do pensamento, uma vez que determinada estrutura ou princípio (temos como um exemplo o próprio binarismo) independe de qualquer especificação de contexto histórico.

Assim, a proposta básica da desconstrução é a desestabilização e desorganização destes pares binários, denunciando elementos que se encontram

naturalizados. Vale lembrar que o conceito de desconstrução significa minar, perturbar e subverter: jamais destruir. Desconstruir um texto é, mais uma vez, fazer com que as suas palavras subvertam as próprias suposições desse texto, reconstituindo os movimentos paradoxais dentro da sua própria linguagem. Derrida faz repensar a forma como a linguagem opera.

Uma das características deste pensamento é que ao invés de preocupar-se com formulações de questões e respostas, parece preocupar-se mais com o plano das aporias e contradições que estão por trás da formulação de qualquer questionamento e, evidentemente, de suas possíveis respostas. Por esta razão, a desconstrução é tão importante para a teoria *queer*, pois desconstruir é extrair algo daquilo mesmo que se está desconstruindo, o que não significa dizer promover a autodestruição, mas, antes, apontar para “uma afirmatividade que se abre ao infinito” (Duque-Estrada, 2004), por mais paradoxal que possa soar. Antes de continuar, cabe aqui explicar o que estamos definindo como aporia, pois este conceito sustenta o projeto derridiano da desconstrução e funciona como um de seus motores principais.

O termo pode ser utilizado para demonstrar determinadas contradições presentes nos discursos. Em linguagem lógica, pode ser entendido como algo que é estabelecido por “A” em oposição a “B”. Paradoxalmente, contudo, consideramos que “A” não apenas está presente em “B” - caso contrário não conseguiria sequer se opor, já que só nos opomos àquilo que conhecemos - como pertence a “B”. Não é estabelecida assim uma oposição direta entre “A” e “B” que, ao contrário, estão sempre relacionados (Tugendhat e Wolf, 1997).

Desta forma, o objetivo de uma aporia não é invalidar uma argumentação, mas criar uma nova maneira de interpretá-la, a fim de encontrarmos novas percepções e outros possíveis caminhos para uma determinada questão. Em outras palavras, “é a tentativa derridiana de mostrar como se dá a violência da racionalidade que não mede esforço para conferir cientificidade às teorias, eliminando assim o que há de duvidoso”. (Duque-Estrada, 2004). Com isso, Derrida busca mostrar, através da investigação da fragilidade de tais separações, que divisões tais como natureza e cultura ou fala e escrita são na verdade arbitrárias e não-naturais.

Para entendermos melhor como Derrida chegou ao uso das aporias como aporte teórico para o método da desconstrução, voltemos à filosofia grega antiga,

onde o termo *aporia* também era usado para designar contradições entre dois juízos: Parmênides afirmava, por exemplo (Reale, 1993), que as idéias podem estar inteiramente nas coisas que representam ou apenas em parte. Porém, se estão totalmente em algo, estariam por fim separadas de si mesmas e, portanto, não seriam mais unas. Eis o surgimento de uma *aporia*. (Cotrim, 1997). Exemplificando: Se a idéia do *Grande* for dividida em partes, o que está contido no *Grande* será apenas uma parte do *Grande*. Como a parte é sempre menor que o todo, conclui-se que algo é *Grande* por participar da idéia do *Menor*. No outro extremo, a idéia do *Pequeno* é *maior* do que a parte dela que participa de algo *Pequeno*. Logo, diríamos que algo *Pequeno* é pequeno em virtude do *Maior*. Conseqüentemente, algo *Igual* seria igual por causa da idéia do *Pequeno* e não por causa da idéia do *igual* (Marques, 1990).

A conclusão é que se uma idéia é concebida como una, esta não pode ser dividida sem que surjam paradoxos. Cabe aqui traçarmos um paralelo com nosso objeto de estudo e concluir que a noção de *parentalidade* deve ser pensada como una e não dividida em hetero ou homoparentalidade, sob o risco de estarmos, na verdade, criando uma *aporia*.

Mais tarde, designaram-se também alguns diálogos platônicos como “aporéticos”, isto é, inconclusivos, tentando muitas vezes designar duas coisas em uma só (Derrida, 1991). Aristóteles, por sua vez, definirá a *aporia* como uma “igualdade de conclusões contraditórias” (Cherubin, 1990).

Derrida foi de alguma forma, responsável pela inclusão deste conceito dentro da teoria literária pós-estruturalista e é, neste contexto, que estamos empregando o termo. A *aporia* é identificada pela leitura desconstrutivista do texto que terá como fim mostrar que o sentido nele inscrito atingirá invariavelmente o nível da indeterminação ou da indecidibilidade, por não se fixar em uma afirmação única.

Deste modo, Derrida articula seu pensamento de forma semelhante ao que fez Platão em sua obra chamada *Mênon*. Fazendo um paralelo entre os dois momentos através da *aporia* desconstrucionista, seria interessante observarmos o que aquele autor procurou fazer com a noção da *virtude* e transpor para o conceito contemporâneo de homoparentalidade. No texto grego, trata-se de um dialogo de Sócrates com Mênon, onde este último alega saber, *a priori*, o que seria a virtude. Aos poucos Sócrates, através de *aporias*, consegue abalar a certeza que seu

interlocutor tinha a respeito de um conceito já naturalizado e internalizado. Com isso, Mênon concorda em repensar junto com Sócrates este conceito e reformular suas definições.

MENON: “Sócrates, mesmo antes de estabelecer relações contigo, já ouvia dizer que nada fazes senão caíres tu mesmo em aporia. E agora, está me parecendo, me enfeitiças e drogas, e me tens simplesmente sob completo encanto, de tal modo que me encontro repleto de aporia. Pois verdadeiramente eu, de minha parte, estou entorpecido, na alma e na boca, e não sei o que te responder. E, no entanto, sim, miríades de vezes, sobre a virtude, pronunciei numerosos discursos, para multidões, e muito bem, como pelo menos me parecia. Mas agora, nem sequer o que ela é, absolutamente, sei dizer”. (IGLÉSIAS, 2001, p. 27)

Da mesma forma, é proposta deste trabalho a reformulação de conceitos aprioristicamente tidos como verdade e tentar pensar se a homoparentalidade realmente comporta a noção de alteridade, no que diz respeito à constituição de uma parentalidade homossexual ou se devemos pensar esta configuração familiar não como diferente ou com alguma identidade pré-definida, mas antes como o engendramento de uma subjetividade na qual naturalmente comportaria a paternidade, independente da orientação sexual do casal.

Para teóricos *queer* como Judith Butler, (1990) a oposição hetero/homossexualidade deve ser, portanto, criticada e abalada por meio desse procedimento desconstrutivo, uma vez que ser homem ou mulher é, segundo estes pensadores, uma construção cultural, resultado de normas que estruturam as práticas sociais e operam em nossos corpos de maneira potente e não uma identidade já estabelecida. Deste modo, assim como a linguagem constrói realidades, tais como as noções de gênero ou a maternidade “natural”, o termo homoparentalidade deve ser revisto, já que está referenciado por oposição direta à família heteronormativa. É necessário, então, fazermos uma mudança epistemológica que possa romper com esta lógica binária que parte da premissa de identidades previamente constituídas e naturalizadas. Nossa aposta é que com uma abordagem desconstrutivista *queer*, seja possível compreender a família heterossexual e a homoparentalidade como interdependentes e integrantes de um mesmo quadro de referências, ou seja, não mais pensar a família dita homoparental como alteridade. Destarte, ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, a abordagem *queer* sugere uma teoria e uma política pós-identitárias,

onde o alvo seria a oposição hetero/homossexualidade, uma vez que esta oposição organiza as práticas sociais. Trata-se, portanto de uma mudança no foco e nas estratégias. Como ilustração, lembremos que gays e lésbicas têm passado por mudanças radicais nas últimas décadas, tentando se enquadrar em uma lógica binária heteronormativa, migrando de uma posição marginal do exercício de suas práticas, até então escondidas de olhares amplos, passando para a visibilidade em atos públicos com multidões nas ruas, reivindicação esta que é questionada no movimento *queer*, uma vez que tal política afirmativa fortalece o binarismo ao manter as identidades, quando estas deveriam ser desnaturalizadas.

Neste propósito, para não reproduzirmos práticas identitárias que têm como fim a identificação segundo determinadas normas sociais, devemos pensar a família como uma construção social, sem tomarmos nenhum arranjo como norma, mesmo porque esta instituição passa por um processo de desinstitucionalização, no sentido de ser considerada cada vez mais uma realidade privada, diminuindo o seu significado público, fruto da reestruturação do desejo do sujeito perante o Estado. Assim, a conjugalidade homossexual e a homoparentalidade podem ser compreendidas, uma vez que o parentesco, diante desta desinstitucionalização, não necessariamente reproduz estruturas, mas deve, antes, ser visto como uma prática realizada em si mesma. Desta forma podemos entender Foucault quando este afirma não ser o parentesco uma invariante mas, antes, um fenômeno histórico (Uziel, 2002), ainda que muitos operadores do direito no Brasil não tenham esta visão, enquadrando a família em uma estrutura heteronormativa. Por isso mesmo, parece ser importante compreendermos a família para além das estruturas convencionais e buscarmos novas interpretações e, a partir delas, elaborarmos novas políticas sociais, desconstruindo, entre outros conceitos, o binarismo hetero/homossexualidade.

Dissertando a respeito da intercambialidade entre sexo e gênero, Butler (2003) nos ajuda bastante nesta construção de referencial teórico, já que, para ela, ambos estão inscritos nas marcas de um mesmo constructo social, além de não serem características descritivas, prescritivas ou muito menos “naturais”. Ao retirar da noção de gênero a idéia de que ele decorreria do sexo e discutir em que medida a distinção sexo/gênero é arbitrária, indicando que o sexo é, assim como o gênero, discursivo e cultural, a filósofa afirma que, nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino final.

Nessa tentativa de "desnaturalizar" o gênero, ela propõe a libertação daquilo que chama de *metafísica da substância* onde o sexo é normalmente aceito como substância, como aquilo que é idêntico a si mesmo. O gênero seria “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003).

Advém daí que não parece haver, na verdade, uma suposta identidade de gênero, já que esta nos é dada tão somente através do condicionamento do desejo, nos atirando a uma lógica binária difícil de escapar. A saída seria, então, a desconstrução desta naturalização do desejo e do sexo, permitindo, finalmente, a manifestação deste mesmo desejo no corpo, livre da noção de que o biológico é imutável e natural, mas, antes, um aporte subsidiário.

A fim de entendermos melhor esta questão seria interessante voltar ao conceito butleriano de *performatividade* : de acordo com Butler (2003) este seria um processo temporal de construção de nossos corpos através do discurso, materializando, desta maneira, o sexo do corpo. Assim o gênero deve ser compreendido como algo próximo a uma “*imitação persistente*”, ou seja, a própria estilização do corpo, cristalizando-se através da repetição de determinados padrões inseridos em uma estrutura rígida internalizada pelo sujeito. Com o tempo, este padrão que se repete acaba sendo tomado como natural.

“Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a conseqüência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003: 24-25).

Com isso, podemos concordar com a autora, quando esta afirma que, em conseqüência do que vimos até agora, a manifestação de um desejo inclinado a uma orientação heterossexual passa, antes, por uma lógica binária construída, produzida por práticas reguladoras poderosas em nossa cultura. Por tudo isso, o interdito passa a se transformar em possibilidade real de mudança deste binarismo naturalizado em nossa sociedade. Desta maneira, as práticas homossexuais deixariam de ser *perigosas* e *ameaçadoras* para a ordem hegemônica heteronormativa simplesmente por não se encaixarem na cultura do *mainstream*. O gênero passa a ser performativo, uma vez que o entendemos como um modo de

subjetivação do sujeito, não sendo este precedido ou posterior à atribuição do primeiro. Em outras palavras, o gênero deixaria de existir a partir de um *a priori* e sim constituído por práticas discursivas que lhe darão forma em diferentes momentos da vida do indivíduo.

A Família Ocidental Contemporânea e a (Homo) Parentalidade

“Quando o casamento parecia a caminho de se tornar obsoleto, substituído pela coabitação sem nenhum significado maior, chegam os gays para acabar com essa pouca-vergonha.”

Luis Fernando Veríssimo

Embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, não significa que este seja único. Em outras palavras, paralelamente aos modelos dominantes de cada época, sempre encontraremos outros. Assim, não devemos falar de *família*, mas de *famílias*, para que possamos tentar contemplar a diversidade de relações familiares que convivem em nossa sociedade. A antropologia já explorou exaustivamente este tema, mostrando os diferentes sistemas de parentesco existentes em nossa civilização e as diversas constituições familiares possíveis, fazendo com que concluamos que família e parentesco podem ser relacionados mas não igualados. Portanto, fica difícil entendermos alguma configuração familiar como *nova*, já que as combinações possíveis ao longo da história da humanidade são recorrentes.

Com a noção em mente de que a própria família é uma construção social e que não devemos tomar a heteronormatividade como modelo, é possível entender as diversas formas de famílias, sem tomarmos nenhuma como norma, principalmente a família nuclear burguesa. Como nos lembra Gilberto Velho,

(...) pode-se perceber que a família não é tão nuclear assim, pois, por mais precária que for a consideração, se compararmos com outras situações históricas ou com outras sociedades, existe uma articulação entre as várias famílias nucleares. Tal articulação é significativa para a construção social da identidade e, portanto, fundamental à compreensão da subjetividade dos indivíduos que compõe essa sociedade. (VELHO, 1987, p. 82)

Sob influência da psicanálise e da própria modernidade, surge, na segunda metade do século XX, a *família contemporânea*, ou *pós-moderna*. A família se vê diante de uma sociedade onde o sujeito deixa de ser autônomo, já que a

psicanálise traz a noção de que a autonomia é uma ilusão da consciência, que por sua vez é determinada pelo inconsciente, que lhe é desconhecido. Os divórcios aumentam, a autoridade paterna é questionada em todos os seus aspectos e o casamento passa a ter sentido somente na medida em que há uma busca pelo prazer e pela completude, se desfazendo quando estas buscas não mais existirem. Isto implica, como já dissemos, na desvinculação do prazer sexual em relação à procriação e abre as portas para arranjos familiares os mais diversos, entre eles, o homossexual que, com a instituição da adoção, abre caminho para o direito à paternidade homossexual. Segundo Cadoret (2002), a parentalidade homossexual pode ocorrer de quatro formas: recomposição após união heterossexual, adoção, co-parentalidade (o filho é gerado de forma natural sem que haja vínculo familiar entre os pais) e por inseminação artificial. O interessante é perceber que na França, de acordo com Cadoret, a paternidade homossexual é fruto de planejamento familiar do casal e é feita, na maior parte das vezes, de forma legal por um dos parceiros, já que a legislação daquele país ainda não contempla a adoção pelo casal homossexual.

Já no Brasil, esta adoção, apesar de também ser muitas vezes legal, é feita normalmente da forma que se convencionou chamar de “adoção à brasileira” que “consiste no registro legal de uma criança adotiva como se fosse filha natural do adotante” (Tarnovski, 2002). Esta forma de adoção, apesar de não reconhecida pelas leis brasileiras, dá conta do desejo do casal homossexual, impedido de adotar em função de barreiras na legislação. Segundo Tarnovski (2002), apesar de a adoção no Brasil por homossexuais ser um projeto individual e não do casal, o sistema de parentesco, construído por este processo, é diferente do de países como a França, onde a constituição de uma família pelo casal passa mais pelo desejo de afirmação de uma identidade homossexual, coisa que em nossa sociedade não acontece.

Hoje, a família brasileira já não tem a mesma estrutura rígida, tendo diminuído de tamanho e sendo a monoparentalidade bastante comum, onde a mulher como chefe de família é situação corriqueira. Outras mudanças incluem a diminuição de fecundidade e mortalidade, além do aumento da longevidade (Scalon, 1999). Contudo, podemos dizer que a família patriarcal deixou na sociedade resquícios de sua organização, o que não significa que possa ser considerada ainda como único modelo institucional válido que sirva para

caracterizar a família brasileira que, de acordo com a definição do IBGE, seria o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa” (IBGE, 2000).

A grande transformação por que passa a família brasileira abre espaço para a maior visibilidade dos núcleos familiares homossexuais e para a parentalidade homossexual. Segundo Danda Prado, estas famílias no Brasil se compõe de “pessoas do mesmo sexo que vivem juntas, com crianças adotivas ou resultado de uniões anteriores, ou, no caso de duas mulheres, por filhos por inseminação artificial”. (Prado, 1981).

Em vários estudos, como o realizado na Universidade de Nova York, (Kerr & Bowen, 1988) comprovou-se que instituições tais como a família, passam por períodos de equilíbrio e crise. Quando há alguma mudança em curso, a tendência é que se tente voltar ao estado anterior. O atual contexto social, onde diversos arranjos familiares e a divisão de poderes são mais igualitários, se distanciando por vezes bastante do modelo tradicional de família, há um claro desafio à ideologia cultural dominante, principalmente através da desconstrução da noção de masculinidade tradicional, redefinição de tarefas domésticas, inserção da mulher do mercado de trabalho e visibilidade de casais homossexuais. Assim sendo, a reação à configuração homoparental representa uma destas tentativas de retorno ao modelo tradicional anteriormente estabelecido.

A fim de melhor compreendermos a parentalidade homossexual, é importante ressaltar que esta passou por três fases (Uziel, 2002), onde em uma primeira o filho advinha de relação heterossexual, uma segunda marcou a maternidade lésbica e por fim a terceira, trazendo a paternidade homossexual masculina. A pesquisa desta dissertação se ocupa em investigar a primeira fase.

A respeito da formação desta estrutura familiar, a pesquisa de Auerbach e Silverstein (1999) mostra conclusões interessantes. Uma delas diz respeito ao conflito da orientação homossexual e a paternidade e a outra aponta para uma tendência em se desvincular gênero e paternidade, já que através de uma comparação de diferentes famílias em diferentes culturas, observou-se que a paternidade está na verdade mais ligada a estratégias de adaptação a contextos específicos, podendo a função parental ser perfeitamente exercida por um casal composto por membros do mesmo sexo ou de sexo oposto, estando estes biologicamente ligados à criança ou não. Os autores da pesquisa alegam que a

visão chamada por eles de “neoconservadora” - que afirma ser a família heterossexual a estrutura ideal para a criança- está provavelmente equivocada, já que os resultados aos quais chegaram estes autores apontam para o fato de a figura materna ou paterna não serem essenciais, pois diferentes arranjos familiares se mostraram competentes em educar suas crianças, concluindo ser necessário, ao menos, um responsável adulto que tenha uma relação afetiva bem estruturada com a criança, mantendo um relacionamento sólido com ela. Assim sendo, nem o gênero do adulto ou sua relação biológica com o filho. A conclusão seria que, para o desenvolvimento sadio da criança, podem haver um ou dois pais sem que o ajustamento emocional do filho não sofra significativas mudanças. O que se descobriu com isto foi que a estabilidade emocional e o grau de envolvimento dos pais com a criança seriam as variáveis que verdadeiramente determinariam um desenvolvimento saudável do(a) filho(a), fazendo com que o casamento heterossexual deixe de ser o único contexto no qual pais ideais sejam mais facilmente encontrados. A maior dificuldade reside no fato de que muitas vezes ainda nos esquecemos do caráter preconceituoso que o questionamento a respeito de “quem fará papel de pai ou mãe” em um casal homossexual com filhos carrega, tanto no senso comum e até, por vezes, na própria academia. Por esta razão, é sensato afirmarmos que a função tanto materna quanto paterna poderá ser desempenhada por ambos, mesmo se a posição “materna” for mais marcada na atuação de um dos membros do casal.

Segundo Zambrano (1996).

o exercício das funções materna e paterna se dá de acordo com as características e preferências de cada um, não havendo necessariamente, nos casais homossexuais, uma divisão rígida de "papel de gênero": feminino para o que cumpre uma função dita materna e masculino para uma função dita paterna. (...) O segundo pai ou o companheiro do pai, em geral, ocupa um lugar mais "maternal", não porque seja mais feminino na sua identidade, mas porque se encarrega das tarefas nas quais o reconhecimento do "verdadeiro" ou do legal não é solicitado, geralmente os cuidados domésticos (Zambrano, 2006).

Mas o que é, afinal, a “homoparentalidade”?

A origem deste termo vem da tradução do termo francês “*homoparentalité*”, cunhado pela *Association des Parents et futurs parents Gays et lesbiennes* (APGL), na França em 1997. Ao criar este termo, o grupo tinha como objetivo nomear a configuração familiar na qual um(a) dos(as) parceiros(as)

fosse homossexual. Com isso, não se deve entender, contudo, que antes da criação deste termo a família já não fosse atravessada pela homossexualidade ou que não houvessem casais homossexuais com filhos. O problema estava justamente no antagonismo que esta orientação sexual - já estigmatizada - gerava quando se pensava em homossexuais constituindo uma família. Na verdade, o termo homoparentalidade veio facilitar uma maior articulação entre a homossexualidade e a experiência de paternidade.

A primeira abertura do Poder Judiciário brasileiro em relação à adoção conjunta de um casal homossexual masculino foi na cidade de Catanduva, interior do estado de São Paulo, quando o juiz Spoladore Domingos, aceitou que dois homens entrassem para a fila de espera de pais adotivos em 2004, baseando sua decisão pela Resolução nº 01/99, do Conselho Federal de Psicologia que, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual humana, proibiu qualquer tipo de tratamento discriminatório com relação à homossexualidade.

Porém, não está prevista na legislação brasileira, até a data de hoje, a adoção conjunta por um casal homossexual, o que faz com que a criança adotada careça de qualquer proteção legal com relação ao membro do casal não-adotante, em caso de separação.

Para se ter uma noção da dificuldade enfrentada por famílias homoparentais em nosso país, até o final dos anos oitenta, mesmo os filhos naturais fora do casamento heterossexual poderiam deixar de ser reconhecidos, pois para a legislação brasileira daquela época, o seu não-reconhecimento estaria sustentado pela defesa da honra da família (Rios, 2004).

Atualmente, já com algum progresso, questiona-se a filiação biológica frente à consolidação e importância da filiação sócio-afetiva e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permite que todo cidadão maior de 21 anos, casado ou não, independente de sua orientação sexual, possa adotar, embora casais homossexuais sejam proibidos de adotar em conjunto (com algumas exceções sob a forma de jurisprudências). Portanto, não há na lei brasileira qualquer obstáculo legal à homoparentalidade por adoção, desde que esta não seja feita pelo casal (Rios, 2004).

4

A Pesquisa de Campo: Companheiros, Companheiros...

“O estudo exige prática.”

Textos Judaicos

4.1

Aplicações Metodológicas

Um dos cuidados necessários ao trabalhar com entrevistas é não transformar o pesquisador em mero porta-voz do grupo pesquisado, passando por cima de um dos passos importantes da pesquisa de campo: o estranhamento como forma de compreensão do outro.

“Os discursos são analisados como sendo exteriores aos atores que os produzem. Uma entrevista deve ser na verdade uma forma de comunicação entre duas pessoas que procuram entendimento” (Cardoso, 1986).

Devemos lembrar que o entrevistado provavelmente será guiado por uma lógica simbólica internalizada em sua linguagem e que nós não podemos cair na tentação de emprestar nossa visão para a interpretação do que foi dito, sob a justificativa de testar hipóteses ou embasar o discurso do sujeito em arcabouços teóricos pré-definidos. Por outro lado, não se deve tampouco tomar como absoluta verdade incontestável a queixa ou denúncia do grupo investigado, sob pena de cristalizarmos uma identidade negativa deste mesmo grupo, principalmente quando estamos pesquisando uma população homossexual, acabando por reforçar o binarismo que, como já vimos anteriormente, nada mais faz do que reforçar relações de poder. Por isso, acreditamos que a linguagem pode ser tomada como instrumento de construção da subjetividade do sujeito e do grupo ao qual ele pertence, não contrapondo o social a este mesmo sujeito. Com isso, podemos inferir que dois ou mais sujeitos de um mesmo grupo possam dialogar entre si através de suas respostas a nossas entrevistas e é tarefa nossa observar, neste diálogo, a recorrência e a contradição de padrões ou comportamentos, sem perder de vista que tais recorrências e contradições fazem parte de um processo de transformação social. E esta transformação pode ser capturada de forma eficiente

no método escolhido para este trabalho, através da comparação entre o público e o privado, o conflitante e o reforçador de paradigmas.

Portanto, como metodologia de trabalho de campo escolhi usar a pesquisa qualitativa baseada em entrevistas.

Dentre os vários métodos qualitativos que usam entrevista, escolhi o Método de Explicação do Discurso Subjacente (Nicolaci-da-Costa, 2007)¹.

Segundo este método, a língua que falamos, quando internalizada, traduz regras e valores do grupo social pesquisado, além de explicitar possíveis conflitos subjetivos nos discursos e apontar possíveis valores presentes na construção do sujeito, já que, de acordo com Nicolaci-da-Costa aquilo que é importante para alguém sobre algum tema sempre ou assunto inevitavelmente aparece no seu discurso espontâneo sobre o mesmo.

Outra preocupação que surgiu ao longo da construção da pesquisa foi o número de participantes. Decidimos então por não estipular um número fechado de sujeitos antes do início das entrevistas, seguindo a metodologia do MEDS, que aconselha se lançar mão do chamado “ponto de saturação”: após determinadas entrevistas feitas, as informações começam a se repetir, indicando que a amostra já se completou. Através desta experiência, concluímos que o número de 6 participantes foi suficiente para obtermos os resultados esperados a fim de iniciarmos a análise dos dados obtidos.

Para entendermos melhor o uso prático deste método, podemos tomar o seguinte exemplo: se um pai afirma que ser homossexual e exercer sua paternidade não parece trazer maiores dificuldades para ele, pois antes de ter sua orientação sexual diferente da maioria, ele é pai igual a qualquer outro, mas, logo depois, este mesmo sujeito afirma ter receio de possíveis dificuldades em relação à adolescência de seu filho (e as explicações que teriam de ser dadas), temos aí uma contradição e conflito psicológico em sua fala, constatado através da análise das entrevistas.

¹O Método de Explicação do Discurso Subjacente, de Nicolaci-da-Costa, será referido neste trabalho como MEDS.

4.2

Crêterios de sele o dos participantes

Em fun o do critério de sele o das famílias a serem pesquisadas, recrutamos pais que tivessem filhos ainda crianças. Outros pontos em comum entre eles são os fatores geográficos, sociais e de estrutura familiar: todos são moradores do interior do Estado do Rio de Janeiro, pertencem   classe média, a maior parte mora com seus companheiros, e os (as) filhos (as) são oriundos de rela o heterossexual anterior, morando com as mães (  exce o de um casal, cujos filhos moram com eles), sendo que todos têm contato muito próximo com os (as) filhos (as).

Os motivos que nos levaram a traçar este perfil têm em conta o fato de que ao entrevistar pais com filhos naturais e com filhos adotados resultaria no prej zo da homogeneidade da amostra, já que acreditamos ser a subjetividade engendrada de uma paternidade oriunda de rela o heterossexual anterior bastante diferente - socialmente falando - de uma realidade na qual jamais houve uma configura o familiar heterossexual presente.

Porém,   de fundamental importância ressaltar que esta diferença não reside na orienta o sexual dos participantes, já que acreditamos que a sexualidade jamais passa por uma cristaliza o da identidade do sujeito e muito menos por um determinismo sexual (Grossi, 1998), já que ela se constrói diariamente. A diferença, a qual nos referimos reflete uma constru o sócio-cultural, uma vez que nossos sujeitos estão inseridos em uma sociedade heteronormativa. Para explicar melhor   interessante lembrar que a heterossexualidade   uma constru o cujo significado depende de determinados modelos culturais vigentes e seu ideal de funcionamento tende ainda, pelo menos no Brasil, a estigmatizar qualquer forma de identidade que não a sua própria. A altera o destas perspectivas culturais e suas tradi es   um processo longo e contínuo e por isso decidimos por focar apenas famílias com filhos naturais.

No caso específico dos companheiros, a co-parentalidade exercida em uma família na qual os filhos têm um referencial heterossexual e passa apenas fins de semana com o pai, parece ser diversa daquela em que os filhos jamais tiveram uma família heterossexual de origem. Explorando um pouco mais a experiência da co-parentalidade e sua distin o entre ser companheiro de um pai natural e

compartilhar uma paternidade adotiva, podemos dizer que a separação de um casal heterossexual com filhos, onde o pai assume sua homossexualidade e refaz sua vida, permite novas possibilidades nas relações familiares. Esta realidade não parece ser possível nas configurações familiares onde a co-parentalidade se dá por adoção. A diferença reside no fato de que entre os primeiros, a separação constrói uma nova ordem na parentalidade que, conseqüentemente, será seguida pelo exercício da co-parentalidade do novo companheiro. Já na co-parentalidade adotiva, nos parece que seja resulta direto da conjugalidade homossexual.

O recorte social também determinou a escolha dos informantes, já que uma família de classe média, do interior do estado do Rio de Janeiro, possivelmente terá experiências distintas da mesma configuração familiar vinda da capital. Aliás, este aspecto da pesquisa é bem interessante. Como sabemos, quase metade da população mundial vive em áreas urbanas. Os crescentes níveis de urbanização são causados pelo crescimento natural da população e pela migração da população rural para as cidades em busca de melhores condições de vida e, no caso da população homossexual, em busca de maior liberdade de expressão. Portanto, nos pareceu muito interessante a investigação das famílias homossexuais que preferiram se fixar fora da capital. Mais interessante ainda foi a investigação da co-parentalidade homossexual nestas famílias do interior. Por razões óbvias, não revelamos o nome da cidade onde foi feita nossa pesquisa.

4.3

As Entrevistas

As entrevistas incentivaram a livre expressão e espontaneidade dos entrevistados, sendo realizadas em local e hora de preferência destes, a fim de torná-las o mais informal possível, deixando o entrevistado tranqüilo para falar sobre o tema proposto sem gerar constrangimentos. Os participantes foram entrevistados individualmente, apenas uma única vez, raramente ultrapassando 90 minutos, sempre em locais estipulados por eles. Esta escolha é importante, uma vez que a familiaridade com o local da entrevista transmite maior confiança ao participante, oferecendo-lhe mais segurança e conforto emocional. A forma de registro dos relatos foi através de gravação em áudio, autorizada pelos entrevistados, com posterior transcrição.

O roteiro das entrevistas foi estipulado a partir de 3 entrevistas-piloto que foram fundamentais para a definição dos tópicos a serem inseridos no roteiro final, que por sua vez geraram perguntas abertas (com objetivo de conhecer os sentimentos do entrevistado a respeito do tema) e fechadas, a fim de alcançarmos aprofundamento em determinadas questões ou mesmo identificação do sujeito, como idade, ocupação profissional e quantidade de filhos.

A forma de apresentação dos resultados e das entrevistas foi feita de maneira que cada tópico abordado fosse ilustrado pela fala de alguns dos entrevistados.

4.3.1

Roteiro das Entrevistas

Ao invés de perguntas já pré-definidas, optamos por um roteiro oculto onde tópicos são listados (fruto da análise de 3 entrevistas-piloto) e, através deles, feitas perguntas semi-estruturadas, em sua maioria aberta, dando ao entrevistado maior liberdade a fim de falar o que realmente sente e, através de seu discurso, apreendermos o sentimento por trás de suas palavras. As perguntas abaixo só são feitas diretamente ao sujeito se o pesquisador realmente achar necessário.

Assim, o roteiro oculto das entrevistas feitas neste trabalho foi organizado da seguinte forma:

1. Cotidiano co-parental

- Como é o cotidiano da casa?
- Como é sua relação com a mãe da criança?
- Como é a divisão de tarefas na sua casa? Por você não ser o pai, há alguma influência disto nas divisões das tarefas?
- Quem se ocupa especificamente das questões relativas à criança? Há alguma diferença? Você atribui a quê?
- Que perguntas as crianças já fizeram? Como responderam?

2. Co-parentalidade e desejo de paternidade:

- Já pensou em ser pai?
- Em caso afirmativo, o que o fez pensar nisso?
- Como pensa em viabilizar o processo?
- Quem participa dessa decisão?
- É um projeto seu? É do casal?
- Sendo de forma natural, que lugar a mulher ocuparia? E seu companheiro?
- Você imagina que o lugar do seu companheiro em relação a seu filho seria diferente do seu em relação ao dele?

3. Preconceito

- Vocês percebem alguma forma clara de preconceito?
- Em caso afirmativo, como o casal lida com isso e como esta situação é explicada à criança?
- Você percebe se há maior preconceito em seu meio social pelo fato de você não ser pai, já que seu companheiro o é, apesar de também ser homossexual?
- Existe identidade homossexual? Se o casal acha que sim, como ela é levada até à criança e como é tratada a questão do preconceito?

“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”

“Se você não consegue entender o meu silêncio, de nada irá adiantar as palavras, pois é no silêncio das minhas palavras que estão todos os meus maiores sentimentos.”

Oscar Wilde

A análise de conteúdo do discurso dos sujeitos se deu somente após a transcrição e estudo atento de todas as entrevistas. Assim, foi possível termos uma visão geral a respeito de cada categoria explorada nesta dissertação, sendo possível avaliar a fala dos entrevistados e, dialogando com o aporte teórico usado ao longo da dissertação, detectar sentimentos e conflitos existentes a respeito dos temas propostos. Com isso, foi possível verificar, por exemplo, que o binarismo hetero/homossexualidade pouco responde às questões do estudo da homoparentalidade.

Apesar de já terem sido casados com mulheres, os pais entrevistados formaram novas famílias com parceiros do mesmo sexo, embora nenhum deles tenha se auto-denominado bissexual. Roberto, um dos companheiros, afirma categoricamente que, apesar de estar em uma relação com um homem, não vê impedimento em uma possível relação sexual com uma mulher a fim de também ter um filho, o que confirma nossa aposta na flexibilização das identidades.

A idéia de felicidade conjugal também foge ao binarismo acima citado. Todos os pais tiveram casamentos heterossexuais tradicionais com filhos, mas não expressaram sentir grande diferença destes casamentos para suas relações atuais, a não ser pelo fato de o companheiro ser do mesmo sexo, sem que isto interferisse na dinâmica da relação.

As categorias encontradas na análise dos dados são fruto do discurso dos entrevistados, possibilitaram “tornar visíveis as características internas geradas pela experiência em um determinado grupo social”. (Costa, 1999). Ou seja, sua construção social é visível à medida que tais categorias se tornem visíveis nos resultados obtidos. Além disso, algo dito repetidas vezes pelo entrevistado deixa claro sua relevância para a subjetividade daquele sujeito em particular e, possivelmente, para o grupo por ele representado (Costa1999), ao contrário das

contradições que surgem em seu discurso. Estas, por sua vez, nos revelam contradições entre o que é dito e a realidade do sujeito, mostrando possíveis transformações em curso, já que períodos de mudanças propiciam choques entre a nova realidade e valores anteriormente internalizados pelo grupo estudado.

A partir dos discursos dos sujeitos surgiram as seguintes categorias de análise: co-parentalidade, desejo por um filho biológico a partir da experiência co-parental, relação do casal com os filhos e a postura co-parental, preconceito em relação à co-parentalidade homossexual e paternidade homossexual.

5.1

Análise das Categorias

5.1.1

Co-parentalidade: O bebê está chorando! E agora?

A paternidade, como vimos anteriormente, já não implica necessariamente parentesco ou laços biológicos, sendo muitas vezes comum nas famílias recompostas o papel parental masculino ser exercido pelo novo marido da mãe.

Nos casais homossexuais também acontece o mesmo: o companheiro do pai, mesmo que não diariamente, se envolve no cotidiano da criança e, em alguns casos, exerce uma função parental de modo bastante presente, o que se convencionou chamar de *co-parentalidade*. Vemos assim como as configurações heteronormativas e homoparentais se aproximam, levando os teóricos *queer* a reavaliar os discursos que produzem os saberes sexuais e organizam a vida social, assim como explorar cuidadosamente a interpedendência da homo/heterossexualidade.

O interesse em pesquisar a co-parentalidade surgiu do fato de todos os companheiros dos pais entrevistados terem demonstrado o desejo de também se tornarem pais. Contudo, estes mesmos sujeitos dizem estar sendo muito importante a experiência da co-paternidade antes de tomarem tal decisão. Um sentimento muito comum, paradoxalmente, é o de “expectador” e o de exclusão. As conseqüências desse sentimento estão para além da relação do casal, já que colabora para a perpetuação do contexto de exclusão social e sexual. Sedgwick (2007) explica que qualquer empreendimento na cultura ocidental será incompleto

e prejudicado na medida em que não incorpore uma análise crítica da definição contemporânea de homo/heterossexual, ou na visão *queer*, da relativização destes conceitos. Para Sedgwick nosso senso comum é caracterizado por uma forte recusa da homossexualidade, recusa esta corroborada pelo binarismo.

Roberto (31) parece assistir à paternidade do companheiro. Seu discurso é muito marcado por um desconhecimento a respeito das tarefas que uma criança pequena impõe.

Fica a pergunta se este desconhecimento se deve a um desinteresse compulsório pela paternidade, já que ele mesmo se identifica como homossexual em uma sociedade marcada pelo binarismo, onde homossexuais não deveriam ser pais, ou se tal desconhecimento se deve mais à masculinidade propriamente dita. A pergunta é pertinente, já que, ao tomar conhecimento da paternidade do companheiro, Roberto passa a expressar o desejo de ser pai.

Eu não me envolvo com atividades do tipo trocar uma fralda, dar um banho, eu não faço isso. Preparar uma mamadeira... eu não sei nem como faz uma mamadeira de leite quente para uma criança (risos).

Ele sugere uma divisão de papéis, anunciando o que seria próprio da paternidade, mas não avança na diferenciação.

Não que não possa aprender, mas ele assume esse papel. Eu faço outras atividades. Enfim, é o exercício da paternidade que determina essa divisão. Ele faz questão de não perder esse vínculo, ele é o pai e toma pra si essas responsabilidades.

Parece que sua intenção, ao definir a paternidade do *outro*, não era pensar no *seu* lugar, mas destacar as responsabilidades que a paternidade impõe, quase como se houvesse algo intrínseco a esta mesma paternidade e que não caberia a ele exercer. Vemos aqui um claro exemplo de identidade naturalizada, quando nosso entrevistado se distancia da criança, não definindo bem seu lugar na relação. Na teoria *queer*, a proposta é exatamente relativizar a naturalização desta identidade e não negá-la.

Portanto ajudados por Foucault (1979), é possível observarmos como o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando o sujeito, mas age na sua construção, regulando e disciplinando os papéis sociais. Desta forma, analisando a fala de Roberto, constatamos que Foucault acerta ao afirmar que os discursos reguladores são os mesmos responsáveis pela produção do sujeito.

Eu me sinto mais como um grande observador: ou aprendendo ou observando para que as coisas fiquem dentro da normalidade, se alguma coisa estiver sendo exagerada. A gente quando tá brigando com as crianças, que é o papel paterno, de colocar as crianças no corretivo, eu fico como observador nesse momento. Do tipo... “você tá brigando demais”, ou então “olha, nisso aqui você deveria ter brigado um pouquinho mais, devia ter corrigido, isso pode dar um problema futuro...”. Então eu fico mais nesse posicionamento de aconselhador mesmo.

Thiago (24) também aponta dificuldades em se aproximar do filho do companheiro. Identifica que tem ciúmes e não parece estabelecer uma relação com o menino que tem 7 anos. Ninguém contou para o menino que eles são um casal, talvez por isso a provocação:

É difícil conviver com o filho do (...), principalmente quando ele faz perguntas em relação ao pai se casar de novo... O garoto já tem sete anos, ele percebe alguma coisa... sete anos parece bebê, mas não é não! Por outro lado, eu amo ele... poxa, nem me fala! É muito especial esta experiência.

A fala de Felipe (19) exprime sua percepção de ocupar um lugar secundário, e se pensarmos na noção de performatividade Butleriana, vemos como a co-parentalidade, assim como o gênero, só existe enquanto performance, ou seja, enquanto repetição das normas sociais que produzem a ilusão de que algo é produzido pelo corpo do sujeito (Butler, 2003). O gênero, assim como a parentalidade ou mesmo a co-parentalidade, são realidades fabricadas que necessitam da constante repetição em atos e performances. Como Felipe jamais exerceu o papel parental ou co-parental antes, busca normas internalizadas que ainda não existem, causando, assim seu desconforto.

Ser pai por tabela é o cara que dá o passe pro gol, mas quem marca é o artilheiro... ninguém quer saber quem passou a bola pro maluco...o tesão do gol é de quem faz a parada..então é isso..às vezes parece que rola essa onda.

Assim como Thiago, Felipe topa ser “titio”, como ele mesmo se define, em função do amor pelo companheiro. Contudo, em nenhum momento é mencionada alguma dificuldade em assumir a co-parentalidade em função da orientação sexual do casal.

Quando eu soube que ele tinha 2 filhos eu gelei. Ele só me falou alguns dias depois que a gente começou. Caraca, to muito novo pra ser titio! Mas aí o amor falou mais alto e eu vim morar com eles.

Como as crianças não moram com a mãe, aumenta a responsabilidade de Felipe que passa a se sentir na obrigação de servir de exemplo para as crianças.

A mãe não ta nem aí mesmo. Só quer saber de cheirar: é chinceira. Aí é complicado. O (...) é o oposto. Aí, eu tenho que seguir o exemplo dele pras crianças terem dois exemplos, né? Porque a mãe, babou... aí eu fico lá tipo... Dando uma de bom moço.

Felipe nunca havia pensado na possibilidade de paternidade, até que surge a situação do companheiro, que desperta sua vontade. Porém, sua posição seria o que a teórica *queer* Judith Butler classificaria como “híbrida”, ou seja, sem nome claro e indefinida, em função de fronteiras variáveis e práticas legitimadoras que entram em contato desconfortável e às vezes conflituoso umas com as outras (Butler, 2002).

Filho pra mim, filho meu mesmo, da minha carne, nunca pensei. Mas depois que o (...) entrou na minha vida eu to só sacando essa onda de ser pai. Eu ajudo em muita coisa, fico lá só na reserva... mas você sabe que até é uma viagem? Quem sabe eu não faço um também, né?Eu fico lá, sendo pai sem ser pai... mas agora, não.

5.1.2

Desejos por um filho biológico a partir da experiência de co-parentalidade

Ao serem perguntados sobre a experiência de constituir uma família dita homoparental, todos os sujeitos sinalizaram na direção do desejo de ter também um filho biológico.

Estudando as respostas dos entrevistados é interessante perceber como o grupo pesquisado parece viver um dilema criado a partir do binarismo hetero/homossexualidade que se traduz em bancar uma paternidade não-biológica (possivelmente com menos reconhecimento social, acarretando sofrimento e exclusão e talvez por isso recusada por todos os sujeitos), ou assumir o desejo deste reconhecimento, reforçando a visão binária e reducionista da sexualidade, buscando uma legitimação seletiva dentro do grupo homossexual através da paternidade natural, que supostamente elevaria o indivíduo à outra esfera na hierarquia social tanto no meio homossexual como na sociedade como um todo. O problema desta busca de legitimidade pela biologia está no fato de ela parecer ser fruto do que Butler (1993) chama de “*heterossexualidade compulsória*”, que atua como mecanismo regulador no desejo e na sexualidade.

Com isso, estariam fora desta legitimação os homossexuais solteiros, os que optam por não praticar a monogamia ou mesmo os pais adotantes. Vejamos como essa visão está clara na fala de nossos participantes.

Roberto parece ter mesmo uma posição bastante conservadora a respeito da paternidade, enfatizando seu caráter “natural”, expressando claro desejo de “ter um filho biológico”, refutando a possibilidade de adoção, possivelmente influenciada pela experiência do parceiro e pela força de uma sociedade hetero-normativa, onde um filho biológico o elevaria a um status diferenciado, mesmo dentro de sua comunidade. A teoria do bio-poder de Foucault (1993) pode ajudar-nos a entender a necessidade de um filho biológico, não só de Roberto, mas de todos os entrevistados, ao vemos as marcas do poder de uma sociedade hetero-normativa nos corpos dos sujeitos que exercem a co-parentalidade, quando se recusam a ter um filho adotado. Estes devem ser naturais, filhos da carne, aproximando-se o máximo possível de uma parentalidade ditada pelas normas sociais vigentes em nossa cultura.

Já pensei, sim! (risos). Já pensei porque eu acho que é da natureza humana. Isso independe da opção sexual. Sabe, eu acho que a prole, no sentido mais animal, é tão natural que não há um ser vivo que não tenha, que não passe por isso... é do instinto, tá no nosso DNA, independente da opção sexual, uma coisa não tem absolutamente nada que ver com outra. Uma planta... você joga uma semente na terra e já fez um filhinho...é isso. Tão natural!

Os teóricos *queer* denominam de *dispositivo da heterossexualidade compulsória*, o sentimento que revela tanto o caráter social e histórico da heteronormatividade quanto sua relação com a dita oposta homossexualidade (Miskolci, 2006). Nas duas afirmações de Roberto que se seguem é possível entendermos este conceito na prática:

Os programas de incentivo à adoção devem existir, mas acho que não combina comigo. Eu acho que o meu deveria ser biológico.

Pelos meus valores morais eu não me permito uma relação sexual fora do meu relacionamento. Eu não me permito isso. Eu acho que isso é que seria o grande problema. No casamento deve haver fidelidade, até na Igreja os noivos juram isso... Isso ficaria mais na minha mente, bloqueando meu psicológico pra que isso acontecesse. Esse seria o problema... teria que ter muito apoio dele e uma vontade muito grande que isso acontecesse da parte dele,mas eu acho que as formas não-convencionais de laboratório poderiam ser muito úteis nesse momento.

Thiago mostra-se igualmente inclinado à paternidade biológica, porém, diferente de Roberto, é muito claro com relação à influência que a coparentalidade teve nesta decisão. Estas respostas, reforçando a escolha por uma paternidade biológica confirmam o que Butler afirma, quando diz que o padrão heteronormativo da sociedade ocidental vê a homoparentalidade, de maneira geral, como algo que se afasta da natureza e da cultura dominante, centrando-se perigosamente na fabricação artificial do ser humano e até retratada como uma forma de “violência”.

Ter um filho de forma natural é importante porque desta forma você se sente mais pai... bem, pelo menos...olha só o meu caso: se eu tivesse um filho de tubo de ensaio, como eu iria conviver com o filho do meu parceiro que foi gerado naturalmente? E como ia ser essa troca de afeto? Não sei, eu não ia querer isso. Sou radical, eu sei, mas é assim que eu penso.

Mais uma vez, Thiago deixa claras as razões pela escolha da paternidade biológica.

Minha ex-esposa veio me perguntar se eu não queria ter um filho com ela. Não sei de onde ela tirou isso, mas mexeu comigo. Não que eu sinto tesão nela...é porque o meu marido tem filho. Se não fosse isso, eu nem ia considerar. Mas eu falei com ele e ele não gostou da idéia. Quem ia gostar, não é? Mas ter um filho inseminado parece que é gerar um filho de plástico. Não me atrai. Complicado isso.

A conflituosa relação da convivência da paternidade com a homossexualidade se revela em falas como esta, quando o companheiro deseja ter filhos e o outro, que já é pai, nem sempre gosta da idéia. Esta é uma das conseqüências esperadas de uma definição identitária cristalizada, em uma sociedade na qual, por ser identitária, cobra dos sujeitos assumidamente homossexuais que abdicuem voluntariamente da parentalidade em nome de valores heteronormativos poderosos. O que está claramente implícito nesta e em varias falas de nossos entrevistados é um preconceito internalizado, talvez reforçado por uma postura identitária.

“Meu namorado não gosta da idéia de eu ter filhos. Mas ele gostou da idéia dele ter, né? Tudo bem que foi antes do nosso casamento. Mas e daí? Ele já era gay... ou não?”

Felipe confirma o que Roberto nos mostra em suas respostas: a pouca experiência com crianças e, ao mesmo tempo, o forte desejo de paternidade, enfaticamente expressa em seu discurso como sendo biológica.

Um molequinho sangue do teu sangue correndo pela casa é uma parada que nem sei, acho que nem dá pra imaginar. Eu babo com os moleques do (...) já! Mas um teu, é teu!

De uma forma quase pueril, talvez devido a sua pouca idade, Felipe se assusta com idéia do cotidiano com um filho pequeno, parece que a responsabilidade o intimida, ao mesmo tempo em que o fascina.

O que mais me faz querer ter um filho é você olhar pro moleque e ver a tua miniatura ali na tua frente. Parece que você é imortal. Eu ouvi esse lance uma vez na TV e nunca esqueci. Mas sei lá... e as fraldas? Você chega e ele tá lá todo cagado, mijado... caraca! Isso não aparece em filme americano, né? É do capeta! (risos) Mas é maneira a idéia de ter filho, sim.

Finalmente, temos uma frase de impacto, proferida por Felipe no momento em que é perguntado se ele deseja ser pai.

Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco.

5.1.3

Relação do casal com os filhos: assumir a relação ou manter as aparências?

O conceito de heteronormatividade traz consigo a noção de regras produzidas na sociedade, que controlam o sexo dos indivíduos. Para tal, precisam ser constantemente repetidas e reiteradas a fim de dar o efeito de substância, de algo natural. Este efeito, como vimos anteriormente, é, segundo Butler, *performativo* (Butler, 2003), isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera as normas de gênero. A heteronormatividade presente em nossa sociedade permeia o discurso de praticamente todos os sujeitos entrevistados, que revelam valores heteronormativos internalizados na relação com seus filhos ou com os filhos do companheiro, através de várias contradições presentes em seus discursos. Além disso, os companheiros dos pais parecem ter uma tendência ao conservadorismo quando se trata das crianças, como se através

de um comportamento conservador, sua homossexualidade se “limpasse” um pouco, uma vez que não têm filhos, a exemplo de seus companheiros. Estes, ao contrário, mostram não se preocupar muito com isto, adotando uma postura mais liberal tanto em relação ao casal como em relação às crianças, com exceção apenas de um deles.

Na fala de Roberto, por exemplo, podemos observar a preocupação em permitir que seu companheiro estabeleça e reforce seu vínculo parental com as filhas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de suas limitações no trato com crianças. Contudo, Roberto nos lembra que apesar dessas limitações ele não deixa de participar.

Eu nunca tive o contato com crianças tão novas... a mais nova só tem dois anos...tem alguns cuidados que eu realmente não sei fazer. Então, até mesmo pelo fato dele ter esse contato íntimo com as crianças, de exercer a paternidade prática, no sentido de estabelecer vínculos, já que ele não está presente na maior parte do tempo, fisicamente falando, ele faz questão de exercer esses papéis de asseio, de cuidado, de higiene, de sentar pra ver um desenho juntos, de ver televisão, de... de brincar...ele faz esse papel. Não que eu não participe.

Um fator importante que muitas vezes provoca ruídos na comunicação do casal com as crianças são, como já vimos, valores heteronormativos internalizados pelo casal, que toma para si o “dever” de se comportar de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, fato deixado bem claro na fala de Roberto.

Nós temos zelo em especial... Não é preconceito, é zelo para nós não expormos as crianças a quaisquer amigos. Então não são todas as pessoas que a gente deixa ter contato, que conhecem. A gente tem um certo zelo. Existem certas pessoas que são mais... digamos... mais avantajadas no homossexualismo, aí a gente dá uma segurada. Não é que a gente não permita radicalmente... Isso não foi colocado pra fora tipo... ”olha, não vamos deixar que fulano veja as crianças”. Não, não é isso! Só que a gente não traz pro seio familiar, pra dentro da casa. A gente não convida, não chama, não recebe mas isso nunca foi grosseiro desse jeito... a maneira que eu to falando pode soar grosseiro e impositivo, mas não. É uma questão natural. A gente... por preservação a gente não deixa. Mas outras pessoas, não!

Outro exemplo de homofobia internalizada está presente no discurso de Thiago. O entrevistado enfatiza que não é o fato de não demonstrarem afeto na frente das crianças que significaria que eles teriam problemas em relação a isso. Este desconforto, contudo, se revela presente ao Thiago afirmar que o filho do companheiro é quem não estaria preparado para esta realidade.

Ao inferir determinado comportamento na criança, Thiago parece revelar seus próprios conflitos em relação a esta questão. Ao que parece. O que está em jogo aqui parece ser tanto a manutenção da relação *apesar* das crianças como a homofobia internalizada do sujeito homossexual que tomou para si uma identidade “inflexível”.

Ao receber demonstrações claras de afeto por parte do filho do companheiro, Thiago se emociona, não tanto pela demonstração de afeto em si, mas, antes, por ser esta uma “confirmação” de que a atitude do casal para com a criança está correta e adequada, dentro de uma relação que Thiago classifica como “delicada”. Mais uma vez surge o conflito entre a co-parentalidade e a homossexualidade.

A gente não dorme junto quando o filho dele tá lá em casa. Eu considero que isso é respeito. Não vem me dizer que isso é porque a gente não se aceita como gay. É simplesmente pela razão do garoto viver num tempo onde o pai dele não deve dormir com outro cara na cama. Quem sabe em tempos futuros isso mude? Mas agora não são tempos futuros. É o tempo presente.

A oposição *queer* à categoria homossexual/ heterossexual como norma que organiza as práticas sociais ganha mais sentido quando se percebe o efeito contínuo de alteração dos costumes que tal ação pode ter, através da fala de Felipe que, ao interagir com os filhos de seu parceiro, exerce a co-parentalidade sem se preocupar com sua orientação sexual nem fazer disso sequer uma questão. Ao mencionar a “situação delicada” na qual vive o filho do parceiro, se ajustarmos nossas lentes, podemos transpor facilmente a situação para uma família reconstituída formada por membros heterossexuais.

O (...) adora ver Padrinhos Mágicos na TV. Com isso, eu aprendi a gostar, porque o pai dele não tem paciência pra desenho. Mas eu tenho. Eu fico muito tempo lá... outro dia ele me disse que eu era o padrinho mágico dele. Putz! Eu

quase chorei. Já pensou ouvir isso do garoto de sete anos? E que tá vivendo uma situação delicada dessas? Nossa relação com ele não poderia ser melhor.

Mostrando-se bem mais confortável com sua sexualidade e o exercício da co-parentalidade, Felipe, ao contrario dos casais que não moram com as crianças, demonstra grande afinidade com os filhos do companheiro, não sendo esta relação, aparentemente, atravessada pelo estigma social da homossexualidade do casal.

A gente vai muito pro futebol. Eu sou vascaíno e o pai também. Eles até já têm camisa, chuteira, têm tudo do Vasco! O mais velho é bom de bola. O mais novo ainda não dá pra ver. Quando to jogando bola com eles até me sinto meio pai. A gente tem uma parada assim... muito maneira.

Talvez pela pouca idade e impulsionado pela curiosidade e descobrimento do novo, Felipe mostra-se estar bastante confortável com a orientação homossexual do casal e a paternidade do companheiro. Ao incentivar o namorado a demonstrar afeto mesmo na frente das crianças, Felipe rompe com um binarismo cruel que muitas vezes rotula e pune os desviantes da norma estabelecida pelo *mainstream*.

Ele ficava de onda de não me beijar perto dos pirralhos. Aos poucos eu fui mandando um papo pra mudar isso. Hoje a gente vê TV abraçado e os moleques do lado. Ninguém liga. Mas beijo só selinho. Acho que depois que o cara vira pai, encareta.

Ao contrario de Thiago, que alega estarmos em uma sociedade que não estaria pronta para que as crianças presenciem demonstrações de afeto do casal, Felipe usa esta mesma situação para justificar tais demonstrações. Com isso, podemos pensar se isto se deve ao fato de Felipe ser de uma geração mais nova, supostamente mais aberta à homoparentalidade.

A gente vive na boa. O mais velho sabe do nosso caso. Acho que nem liga porque ele se amarra na minha. E eu na dele. O pequeno ainda é muito pequeno (risos). Mas pequeno cresce, tá certo? Por isso, essa viagem de esconder deles tá furada. Ainda mais que eles tão lá todo dia. Nem rola.

5.1.4

Preconceito

Todos os entrevistados abordaram a questão do preconceito sem que tenha sido necessário mencioná-la. Portanto, concluímos que este tema deveria ser uma categoria a ser analisada.

Roberto nos descreve a história da construção de sua orientação sexual e como antes de assumir a relação com seu companheiro ele se via “obrigado” a se relacionar com mulheres, seguindo o padrão heteronormativo.

Para explicar este comportamento, Miskolci (2003) explica que a heterossexualidade é um meio privilegiado de socialização e assim somos aceitos na sociedade e nas principais instituições sociais. Roberto deixa isto bastante claro.

É difícil ser gay mesmo com paradas gays e beijos gays na televisão. Eu mesmo tive varias namoradas só para apresentar no trabalho e em casa. Agora eu assumi essa coisa de relação gay e acho que as crianças pesaram muito pra isso.

Felipe também descreve sua forma de lidar com a preferência por homens e o preconceito que enfrentou afirmando que só “saiu do armário” quando recebeu apoio necessário da rede de amigos.

O armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as conseqüências nas esferas familiar e pública. Sedgwick (2007) lembra que viver no armário é uma experiência muito forte na construção das subjetividades dessas pessoas Evitando a rejeição familiar e social, a vida dupla contribui para manter suas instituições e valores.

Pra chegar pra geral e mandar que você gosta de homem, você tem que pular uma fogueira. Eu mesmo sentei na boca do boi até me assumir. Na real, só me assumi há pouco tempo. E teve um cara que eu conhecia que se assumiu na maior e todo mundo achou maneiro. Pô, se ele podia eu também posso. Meu medo era perder meus amigos, mas eles deram maior força.

É interessante observar nas palavras de Thiago as evidências das dificuldades em assumir o desejo por homens no Brasil, onde os estudos de Sedgwick (2007), apesar de importantes, devem ser relativizados, principalmente em função das particularidades culturais de nosso país. Corroborando o que nos mostra Miskolci (2003), quando afirma que, além do preconceito sexual, temos bem presente a discriminação em relação à classe social, além da diferença entre o homossexual de características masculinas e o mais marcadamente feminino, sendo significativa a divisão “ativo másculo e passivo afeminado”, transportando o binarismo homo/heterossexualidade para as relações entre os próprios homossexuais.

Bancar uma família assim, de dois homens, ainda mais com filho do outro no Brasil é dose pra leão... Todo mundo pensa que eu sou a bichinha, a ‘mamãe’ da história toda, a passivinha... E muita gente me olha estranho por isso. Sei lá, as aparências enganam! Mas aí, fazer o que, né? Já era pobre e agora passivinha?(risos) Mas no final vale a pena, sim.

Felipe busca desconstruir a identidade social cristalizada do casal, apesar de ser lembrado pela vizinha que esta deve permanecer viva. Eis uns dos problemas de uma cultura calcada em binarismos, onde a desconstrução derridariana (Derrida, 1967) poderia contribuir para aliviar o preconceito contra minorias.

Uma vez uma vizinha nossa perguntou onde tava a mãe dos meninos. Claro que sabe que a gente é gay e tal e ela já viu a mãe deles quando ela veio de Curitiba. Essas coisas que são chatas porque todo mundo fica lembrando pra gente que a gente é gay. Sei lá, é baixo astral.

Assim como vários pensadores ao longo da história, Derrida (1967) nos lembra que a linguagem reflete aspectos importantes de determinada cultura e, através dela, podemos identificar como esta cultura está estruturada. Apesar de o preconceito (internalizado) de Roberto se voltar agressivamente para seus amigos efeminados, é contra a linguagem criada a partir deste comportamento que sua insatisfação recai de maneira mais contundente. Assim, caminhamos com Derrida ao concordarmos que a linguagem é um importante elemento de construção e perpetuação de identidades cristalizadas e de binarismos perpetuadores das relações de poder na sociedade. Ao se referir sobre a linguagem usada por seus amigos mais efeminados, Roberto é taxativo ao afirmar que ela é indicadora de comportamentos não adequados ao convívio com os filhos do parceiro.

Preconceituoso acho que não sou, não... Mas os gays muito feminilizados... bem, tenho pudores quando levo alguém assim lá em casa. Quando as crianças estão conosco não levo, não. Na verdade tenho meio que compaixão... meus amigos mais femininos sofrem muito preconceito...no sentido de que está óbvio que são gays e isso ...já viu, né?Acabam sendo até xingados na rua. O povo não perdoa. Acho que dá pra ser gay, mas poxa, pra que querer imitar mulher?Além disso, quando é assim... muito feminino, normalmente falam quase um dialeto gay e isso é muito ruim... aí não dá. Imagina a confusão na cabecinha das meninas. Então a gente evita mesmo.

Na sua teoria da performatividade, Butler concebe a sexualidade como algo que se constrói através da “*repetição estilizada do corpo*” (Butler, 2002) que, com ações repetidas e guiadas por um poder social regulador, se solidifica a ponto de parecer natural e permanente. Thiago expressa e atualiza esta performatividade quando revela que não conseguia adotar uma criança quando era solteiro pois, para ele, há determinada norma social que impede que homens solteiros adotem crianças, sob pena de serem taxados como homossexuais e, conseqüentemente sofrer preconceito. Ele espera estar em uma relação estável para só então considerar trabalhar este desejo, voltado agora para um filho biológico, influenciado pela paternidade do parceiro.

Depois que me casei eu fui pai por tabela e eu sempre penso ter filhos. Adoção não... meus de verdade. Antes de casar até pensava em adotar e o problema era que o cara solteiro que adota uma criança é quase que uma confissão gay. E aí, a criança e eu... A gente ia sofrer preconceito porque pai gay assim... sozinho... não deve ser fácil..

Partindo do pressuposto que o preconceito contra homossexuais é uma construção sócio-histórica (Foucault, 1984), pode-se compreender a representação social que Roberto exerce para a mãe de seu companheiro e como ele lida com isso.

A mãe do meu companheiro me acha uma aberração. Ela mesma usou este nome. Ela diz que o filho dela pelo menos se casou com mulher e tem duas filhas dele... Já eu, sou viado mesmo e foi culpa minha que o filho dela caiu no pecado. Ela é maluca. Mas mesmo maluca, dói ouvir isso. Pelo menos ela fala na cara, né? Tem gente que torce o nariz quando vê nós dois com as meninas num restaurante, por exemplo. Imagina o que essa gente pensa! É melhor nem pensar (risos).

O preconceito internalizado, principalmente dos companheiros dos pais, está bastante presente na fala dos sujeitos. Mais uma vez, Roberto é um exemplo disso, ao deixar explícito o incômodo que sente em demonstrar afeto pelo parceiro na frente das crianças, afetando a relação do casal com elas, pois normalmente há uma dissimulação da relação conjugal quando os filhos estão por perto. A relação dos casais, a exemplo de Roberto e seu parceiro, de maneira geral, parece ser atravessada por conceitos heteronormativos e até mesmo por uma homofobia internalizada que muitas vezes exerce papel importante na trajetória da parentalidade homossexual, principalmente quando ela se dá posterior a uma relação heterossexual.

Por homofobia internalizada devemos entender o medo que muitos indivíduos têm da própria homossexualidade, ainda que de uma forma pouco consciente. Um processo que, por estarmos inseridos em uma sociedade de valores identitários cristalizados, contraria padrões culturais e expectativas sociais, podendo gerar, em função destas mesmas identidades naturalizadas, sentimentos de repulsa, pena, tolerância, aceitação e só posteriormente, através de

elaboração, transformar-se em apoio, admiração, apreciação e até estímulo. Por ter passado por este processo, o sujeito pode ter sentimentos de dúvida capazes de comprometer o seu desempenho parental, graças a uma identidade homossexual internalizada na qual os coloca como excluídos da possibilidade de formar uma família com filhos (Auerbach, Carl e Silverstein, 1999).

Quando as crianças estão lá, a gente não dorme junto, muito ainda, eu acho, por questão de respeito à cabecinha das crianças... deixar que o tempo passe um pouco mais pra que a gente possa se reestruturar e apresentar as coisas como elas realmente são. É uma questão de respeito ainda, afinal somos dois homens. Eu acho que a gente precisa de um tempo pra maturar essas coisas, ainda mais a cabeça de uma criança que só tem seis anos de idade e dois homens se beijando não é muito normal para a criança, assim de cara.

5.1.5

Paternidade homossexual

Ao ouvirmos os pais biológicos, é interessante perceber que, de modo geral, existe um menor grau da necessidade de “normatização” através de um comportamento marcadamente conservador, presente na maioria dos companheiros dos pais aqui entrevistados. Fica a pergunta se este fato se deve à paternidade biológica servir como fator de inserção e maior aceitação social, o que não acontece com os homossexuais sem filhos. Embora a relação de reciprocidade e afeto com a criança evidentemente exista na co-parentalidade homossexual, esta não é vista ainda como produtora de alianças definitivas. Como explica Anne Cadoret (2002), na co-parentalidade a aliança é separada da filiação. Ao se tornarem pais “os sujeitos investigados restabelecem a linha de continuidade e ocupam o lugar de parceiros nesse circuito de dádiva que são as relações de parentesco (Tarnovski, 2002)”, tirando de suas costas o fardo de uma dívida social. Diego, por exemplo, se mostra bastante confortável com a homoparentalidade e com sua postura abertamente homossexual no que se refere aos laços sociais.

É normal pra mim ser pai das minhas filhas e ta morando com o Roberto. O dia que pagarem as minhas contas, ai eu vou pensar no que os outro acham disso. Até lá, cada um que cuide do que é seu, que já não é fácil.

Henrique reflete em seu discurso a tendência atual de integração, muito mais do que afirmação de uma identidade, corroborando com o que diz Foucault (1993), quando afirma que a escolha do objeto não necessariamente sedimenta uma identidade.

Homofobia antigamente existia em qualquer lugar. É difícil lidar com o diferente, mesmo. Mas aos poucos eles foram percebendo que somos iguais a eles e nos olham menos virado. Eu sempre digo que a gente é diferente pelo que a gente é na vida e não pelo que a gente faz na cama. Antes eu era casado com uma mulher e tive dois filhos e era feliz. Hoje estou com Felipe e estou feliz. No fim das contas, a gente é como eles, e acho que eles estão entendendo isso... Bom pra eles, porque o poder judiciário já entendeu faz tempo (Risos).

Diego se mostra seguro quando fala a respeito das filhas e sua relação homossexual. Ao discorrer sobre sua rotina conjugal sempre inclui as filhas e ressalta a importância de seu parceiro no que diz respeito à vida familiar, embora sinalize para a feminilização do companheiro no contexto familiar, possivelmente legitimado pela condição de pai biológico.

Olha, o Roberto tem sido super importante porque eu não tenho muita paciência quando minhas filhas ficam de manha. Ele sempre tá lá, do lado delas... eu acho isso legal.

Fazendo um breve resumo a respeito de cada um de nossos sujeitos, podemos verificar que Felipe, o mais jovem de todos, com 19 anos, parece ser uma exceção: além de ser o mais adaptado à nova realidade do exercício da coparentalidade homossexual, a utilização de um tom bastante descontraído é uma constante em seu discurso, demonstrando a atitude que quer compartilhar. Sempre despojado e muito descontraído durante as entrevistas, Felipe não adota em nenhum momento de sua fala uma postura de vitimização (presente no discurso dos outros dois companheiros entrevistados) não sendo, portanto, atravessado pelo

estigma negativo da homossexualidade como identidade cristalizada. Esta postura parece trazer aspectos bastante positivos para Felipe, como por exemplo a ausência de culpa, assim como sua orientação sexual não o inserir em nenhuma categoria estanque.

Realidade bastante diferente encontramos no discurso de Roberto. É visível o preconceito internalizado quando, por exemplo, explica porque evita convidar determinados amigos para sua casa quando as crianças estão presentes: “*alguns são mais avantajados no homossexualismo*”, justifica-se. Roberto mostra grande desconforto ao conviver com homossexuais mais feminilizados ou com aqueles de estilo de vida menos convencional, apontando para a necessidade de se “*escolher bem*”, os amigos que podem freqüentar sua casa, com o intuito de “*limpá-la*”, através de um severo controle da conduta moral, aproximando-se ao máximo de um modelo familiar heteronormativo. Outro exemplo desta tentativa de moralização é a forte preocupação com qualquer tipo de relação fora do casamento, taxadas como “*inadmissíveis*” por Roberto, chegando ao ponto de estar disposto a abrir mão de uma possível paternidade natural, desejo que expressa por diversas vezes, a fim de preservar a instituição da monogamia, uma vez que é taxativo em relação a forma que esta paternidade se daria: deveria ser natural, embora o sacrifício da monogamia seja uma barreira quase intransponível. Mais adiante, talvez ouvindo seu próprio discurso, Roberto muda de idéia e sugere que técnicas artificiais poderiam ser úteis, embora não pareça ainda muito convicto disto. Esta contradição em sua fala parece nos conduzir para um conflito interno no qual o desejo da paternidade se choca com sua condição homossexual. Fica a pergunta, no sentido de sabermos se este conflito se deve, ao menos em parte, pelo fato de seu companheiro ser pai e ele, anda não.

Thiago, a exemplo de Roberto, e talvez por ser mais velho que Felipe (Thiago tem 24 anos e Roberto, 31) também mostra uma considerável preocupação com a conduta do casal quando as crianças estão presentes. Talvez o fato de já ter tido uma relação heterossexual anterior, o desejo por uma paternidade biológica se mostra muito presente em sua fala, a ponto de afirmar, em determinado momento, que quando era solteiro não pensava em adotar uma criança, sob pena de ser taxado como homossexual em seu meio. O questionamento que podemos propor aqui é se o fato de ter sido casado com uma mulher e não ter tido filhos, o coloca em posição diferente de seu companheiro,

não só em casa, mas no círculo social do casal. De qualquer maneira, é interessante observarmos que a noção de uma identidade cristalizada em Thiago faz com que se deflagre uma crise, na qual, ao mesmo tempo em que afirma ajudar o companheiro a cuidar das crianças, diz que vivemos em uma sociedade na qual as mesmas não estão prontas para compreender a relação homossexual do pai, e mostra bastante dificuldade de aproximação com as crianças que, inclusive não sabem, ao menos “oficialmente”, que eles são um casal.

Considerações finais

O objetivo de nossa pesquisa foi investigar de que forma os entrevistados constroem a configuração familiar chamada homoparental a partir do ponto de vista da co-parentalidade. Para fins de análise, usamos o Método de Explicação do Discurso Subjacente (MEDS), de Nicolaci-da-Costa (2007), a fim de evitar categorias pré-definidas, já que a investigação a respeito da co-parentalidade homoparental é ainda muito recente no Brasil. Com isso, foi possível criar categorias baseadas no cruzamento de informações obtidas durante as entrevistas e, traçando um paralelo com a fundamentação teórica *queer*, delinear algumas conclusões.

Nossos sujeitos foram três companheiros de pais homossexuais que estavam vivendo a experiência da co-parentalidade com parceiros do mesmo sexo pela primeira vez. A idade dos entrevistados variou entre 19 e 31 anos, todos da classe média, moradores de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. A razão de não ser informado o nome da cidade se deve ao fato da possibilidade de identificação destas famílias ao longo deste trabalho, caso esta fosse revelada.

As principais conclusões apontam para um certo desconforto da maior parte dos entrevistados em relação à rede social mais ampla, no sentido de busca de aceitação desta configuração familiar, ao mesmo tempo em que o fato de não serem pais parece aumentar o estigma social da homossexualidade para estes sujeitos.

Portanto, ao engendrarmos a desconstrução de identidades estanques, buscaremos melhorar não só a qualidade de vida de famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, com filhos oriundos de relações heterossexuais anteriores, como também tentaremos contribuir para a mais fácil assimilação por partes das crianças desta nova realidade. Isso porque a identidade homossexual foi uma invenção do século XIX, onde relações que antes eram taxadas como sodomitas passam a ser categorizadas e consideradas desviantes da norma social vigente, tendo obviamente como consequência a segregação dos que se enquadravam nesta nova identidade social. O que observamos em nossa pesquisa,

apesar do ainda bastante presente preconceito internalizado nos homossexuais, é que a noção estanque desta identidade, notadamente na geração mais jovem, parece se modificar, ainda que timidamente. Em todos os sujeitos notamos bastante marcado um questionamento sobre a idéia de uma comunidade homossexual e o desejo de rompimento com esta forma hermética e homogênea de se relacionar. Há uma nova atitude em relação ao que nossos entrevistados entendem como identidade homossexual e esta nova postura passa a determinar um novo olhar para esta comunidade. O que antes era visto como necessário - decidir entre permanecer na sombra ou assumir-se - aos poucos parece transformar-se em um sentimento mais coletivo, onde esta comunidade, antes de ser porto de acolhida e suporte, começa a ser vista uma alternativa auto-segregante. Contudo, atentando também para o discurso de nossos participantes, é nítido que ainda falta a clareza de objetivos definidos nesta nova forma de se viver afastado de uma comunidade fechada em uma identidade cristalizada: qual o modo de agir? Como reorganizar o universo interno de cada um diante da fluidez de um conceito identitário que até agora era tão poderoso e internalizado em cada um deles? O que concluímos é que este dilema, ao contrário de gerar conflitos, parece ser estimulante e contribuir para uma produção afetiva a partir de um outro lugar que não passa pelo de homossexual excluído e vitimizado. Através da análise de conteúdo do discurso dos sujeitos foi possível, portanto, verificar que o binarismo hetero/homossexualidade pouco responde às questões do estudo da homoparentalidade, já que a orientação sexual dos pais nada interfere no exercício da paternidade.

Para além da sexualidade de nossos participantes, esta nova visão a respeito de si mesmo aponta para uma mudança bem maior do que simplesmente a reavaliação de uma identidade sexual: o prazer passa a ser redimensionado e todos os campos da subjetividade do sujeito passam por uma reformulação, uma vez que deixam de atuar em dualismos, deslocando o indivíduo de uma posição vitimizadora e oprimida e igualando-o com aquele que antes era considerado o opressor, pois também era visto como tendo uma identidade sólida. Para tanto, este último também deixa de ser o “vilão”. Assim, ao invés de mostrar uma saída, esta nova postura pós-identitária, formulada pela teoria *queer*, propõe que se repense as identidades já naturalizadas e como elas chegaram a tal ponto. Enfim, a referida teoria propõe uma nova postura diante da vida e de si mesmo, tão bem

resumida por Felipe, de forma muito mais brilhante do que qualquer academicismo poderia conseguir:

“Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.M. *Notas Sobre A Família No Brasil*. In: **Pensando Na Família no Brasil: Da Colônia À Modernidade**, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, p. 53 a 66, 1987.

ARIÈS, P. **Historia Social da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2^a Ed., 1981.

AUERBACH, C. e SILVERSTEIN, L.B. **Using qualitative research to study the social reconstruction of gender roles: the case of gay fathers**, paper presented at the Association for Qualitative Research, July 8t, Melbourne, Australia, 1999.

BOURDIEU, P. *‘L’ esprit de famille.*” In: Anexe **Raison pratique sur la théorie de l’ action**. Paris: Seuil, 1994.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

———. *“O parentesco é sempre tido como heterossexual?”*, in: **Cadernos Pagu (21)**, Campinas: Unicamp, 2003.

———. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York, London: Routledge, 1993.

CADORET, A. **Des parents comme les autres- homosexualité et parenté**. Paris: Édition Odile Jacob, 2002.

CARDOSO, R. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1986, 4^a edição.

CHERUBIN, S. **Dicionário de Figuras de Linguagem**, Pioneira Ed., São Paulo, 1990.

COSTA, J.F. **Ordem Médica E Norma Familiar**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Graal, 1999, 4^a ed.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia – Ser, Saber e Fazer**. São Paulo, Ed. Saraiva, 1997.

DERRIDA, J. **L’écriture et la différence**. Paris, Seuil, 1967.

———. **De la grammatologie**. Paris, Minuit, 1967.

———. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

———. **Psyché: Inventions de l'autre**. Paris: Galilée, 1987.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Campinas – SP: Ed Universidade de Campinas, Ensaio 1993a, vol. I.

DUQUE-ESTRADA, P.C. (org). **Desconstrução e Ética - Ecos de Jacques Derrida**. Edições Loyola e Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.

ELLIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, S.A. **Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality**. New York, Basic Books, 2000.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**, Graal, 1979.

———. **Les Anormaux**, cours de Collège de France 1974-1975. Paris: Gallimard, 1999.

GAMSON, J. *As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa*. In: DENZIN, N.K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, p. 345-362, 2006.

GROSSI, M.P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

HEILBORN, M.L. *Construção de si, gênero e sexualidade*. In: M.L. Heilborn (Org.) **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.40-58, 1999.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais, 2000, 2002, 2003**. Rio de Janeiro.

IGLESIAS, M. **Menon - Edição Bilíngüe grego-português**. Tradução Maura Iglesias. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2001.

JAGOSE, A.R. **Queer Theory: An Introduction**. New York, New York University Press, 2000.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia indígena: uma introdução**. São Paulo, Editora Educ, 1991.

KATZ, J. **A Invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro, Ed. Ediouro, 1996.

KERR, M. & BOWEN, M. (1988). **Family Evaluation**. New York, W. W. Norton, 1988.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARAIA, R.B. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 20ª edição, 2006.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*.** Belo Horizonte: Ed. Autentica 2004.

MARQUES, M.P. **O Caminho poético de Parmênides.** São Paulo, Ed. Loyola, 1990.

MALINOWSKI, B. **A Vida Sexual dos Selvagens.** Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983.

MEAD, M. **The Anthropology of Franz.** Petrópolis, Editora Vozes, 1971.

MISKOLCI, R. Comentário *sobre A Epistemologia do Armário.* In: Miskolci,

RICHARD, S. e ASSIS, J. **Dossiê Sexualidades Disparatadas.** In: Cadernos Pagu, Campinas, v. 28, 2007.

———. *Machado de Assis, o Outsider Estabelecido.* In: **Sociologias.** Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, p. 352-377, 2006.

MOTT, L. **Os Pecados da Família na Bahia de Todos Os Santos.** Salvador, UFBA, 1982.

NAMASTE, K. *The politics of Inside/Out: Queer Theory, Poststructuralism and a sociological approach to sexuality,* In S. SEIDMAN, **Queer Theory/Sociology.** UK: Blackwell Publishers Ltd, p. 194-212, 1997.

NICOLACI-DA-COSTA, A.M. **O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS).** Psicologia. Reflexão e Crítica, v. 20, p. 65-73, 2007.

OLIVEIRA, J.S. **Brasil, mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000.** Rio de Janeiro. ENCE/IBGE, 2003.

PHILIPPI, J.N. *Gêneros excêntricos: uma abordagem a partir da categoria de sujeito do direito.* In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.) **Masculino, Feminino, Plural – gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis: Mulheres, p. 156, 1998.

PRADO, D. **O que é a família?.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

REALE, G. **História da Filosofia Antiga.** São Paulo, vol. I, Edições Loyola, 1993

- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- RIOS, R.R. **A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro**. Revista Direito e Democracia, Canoas, v. 2, n. 2, 2001.
- STERN, B. **Deconstructive strategy and consumer research: concepts and illustrative exemplar**. Journal of Consumer Research, v. 23. Setembro, 1996
- FARIAS, A. (org.). *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SAMARA, E.M. **A Família Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. 4ª edição.
- SCALON, M.C. **Mobilidade social no Brasil: mapeamento, mudanças e efeito na renda**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.
- SEDGWICK, E.K. **A Epistemologia do Armário**. In: cadernos pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.
- _____. **Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire**. New York: Columbia University Press, 1985.
- SEIDMAN, S. *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, Blackwell, 1996.
- SPENCER, C. **Homossexualidade: Uma história**. Rio de Janeiro, Ed Record, 1995.
- STEIN, A. & PLUMMER, K. *'I can't even think Straight': 'Queer' Theory and the missing sexual revolution in sociology*. In: S. SEIDMAN (Ed) *Queer Theory/Sociology*. UK, Blackwell Publishers Ltd, p. 129-144, 1997.
- STRAUSS, L.C. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
- TARNOVSKI, F.L. **Pais Assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**, Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 2002.
- TUGENDHAT, E. e WOLF, U. **Propedêutica lógico-semântica**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- UZIEL, A.P. **Família e Homossexualidade: Velhas questões, Novos Problemas**, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2002.
- VELHO, G. **Individualismo e Cultura**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 4ª Edição, 1997.

VILELLA, J.B. **A Família hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.

ZAMBRANO, E. **O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Vênus, 2006.